



# ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS DO TÂMEGA E SOUSA

Porto, novembro de 2016

Projeto Financiado:



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

DGAL

DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS



### **Disclaimer**

O estudo realizado sobre recursos piscícolas e cinegéticos, que a seguir se passa a apresentar, poderá conter algumas interpretações menos consensuais ou com margens de erro substanciais, já que foi baseado numa reduzida quantidade e qualidade de dados fornecidos pelas entidades oficiais ligadas ao sector da caça e pesca, e numa utilização dos graus de frequência e consensualidade observados em termos de opiniões das principais entidades envolvidas direta ou indiretamente nestas matérias no território. Sem este último recurso, seria impossível construir um diagnóstico minimamente relevante para definir políticas estratégicas para estes sectores.

### **Agradecimentos**

Queríamos agradecer ao Professor Doutor Arlindo Marques da Cunha pela substancial ajuda técnica que nos forneceu ao longo da realização deste estudo. A sua disponibilidade para ler o documento, bem como os seus comentários, revelando a sua enorme experiência nestes sectores e a sua capacidade para analisar o alcance político de algumas propostas, foram providenciais no sentido de levar à construção de um documento mais equilibrado e incisivo.

### **Entidades entrevistadas ou contactadas diretamente:**

- CIM Tâmega e Sousa
- Câmara municipal de Amarante
- Câmara municipal de Baião
- Câmara municipal de Celorico de Basto
- Câmara municipal de Marco de Canaveses
- Câmara municipal de Lousada
- Câmara municipal de Felgueiras
- Câmara municipal de Paços de Ferreira
- Câmara municipal de Penafiel
- Câmara municipal de Cinfães
- Câmara municipal de Castelo de Paiva
- Câmara municipal de Resende
- Posto aquícola do Torno
- Parque de pesca de Moure (Felgueiras)
- ARNPD – Associação Regional Norte de Pesca Desportiva
- Fençaça – Federação Nacional de Caçadores Portugueses
- Vários clubes e associações de caçadores
- Vários clubes e associações de pescadores



## ÍNDICE

<b>PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA ...9</b>	
1	Introdução.....9
2	Espécies Cinegéticas no Tâmega e Sousa .....12
3	Ordenamento e infraestruturas de apoio ao setor .....13
3.1	Zonas de Caça .....13
3.2	Caçadores e dinâmica de caça .....16
3.3	Resultados da exploração das zonas de caça .....18
3.4	Entidades gestoras.....24
3.5	Habilitação das entidades gestoras .....25
3.6	Profissionalização das entidades gestoras .....26
3.7	Campos de treino.....27
3.8	Vigilância/fiscalização .....28
3.9	Sementeiras.....28
3.10	Repovoamentos e largadas .....30
3.11	Doenças e predadores.....31
4	Impacto económico das atividades cinegéticas .....32
4.1	Produtores de caça .....32
4.2	Turismo.....32
4.3	Gastronomia .....33
4.4	Cultura.....34
5	Caracterização institucional do setor .....35
5.1	Municípios .....35
5.2	ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas .....37
5.3	Grupos de Ação Local.....37
5.4	Fençaça.....38
5.5	Associações.....39
5.6	Quadro legislativo .....42
6	Apoios financeiros .....43
6.1	Municípios .....43
6.2	PROVERE.....44
6.3	EMER-N .....44
6.4	PDR 2020 .....45
7	Governança da caça de âmbito regional em países de referência.....49
8	Identificação dos principais desafios da gestão dos recursos cinegéticos no território da CIM-TS

8.1	Ocupação dos solos.....	51
8.2	Furtivismo.....	52
8.3	Incêndios .....	53
8.4	Conotação ambiental negativa.....	54
PARTE II - DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA .....		55
9	Análise SWOT (Forças Fraquezas, Oportunidades e Ameaça) do setor da caça no Tâmega e Sousa .....	55
10	Propostas para o desenvolvimento do potencial endógeno dos recursos cinegéticos no território .....	57
10.1	Medidas institucionais e de <i>governance</i> .....	57
10.1.1	Estratégia municipal.....	61
10.2	Medidas de sustentabilidade e fomento .....	62
10.2.1	Levantamento exaustivo do atual estado dos recursos cinegéticos na CIM .....	62
10.2.2	Criação de zonas exclusivas (“corredores”) para a caça maior turística .....	63
10.2.3	Introdução da cabra montês ibérica .....	64
10.2.4	Regime de proteção especial para o corço.....	66
10.2.5	Promoção da caça menor – vertente social.....	67
10.3	Associativismo e ações de fomento.....	68
10.3.1	Apoios financeiros municipais .....	68
10.3.2	Mobilização de apoios financeiros existentes .....	68
10.3.3	Processamento, tratamento e divulgação de informação .....	69
10.3.4	Proposta turística .....	70
10.3.5	Certificação de qualidade das zonas de caça.....	71
10.4	Projetos âncora.....	73
10.4.1	Formação ao nível da gestão .....	73
10.4.2	Preparação e formação de guias de caça .....	74
10.4.3	Criação de eventos com base cinegética .....	75
Referências Bibliográficas.....		55

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas do Território da CIM do Tâmega e Sousa integradas na Rede Natura 2000 (em hectares).....	9
Tabela 2 – Uso do solo no território da CIM do Tâmega e Sousa, e áreas de baixa densidade, por concelho, em 2009 (%).....	11
Tabela 3 – Espécies cinegéticas de caça maior e de caça menor (mamíferos) com ocorrência no Território da CIM do Tâmega e Sousa.....	12
Tabela 4 – Espécies cinegéticas de caça menor (aves) com ocorrência no Território da CIM do Tâmega e Sousa.....	13
Tabela 5 – Áreas cinegéticas ordenadas na CIM do Tâmega e Sousa, por tipologia de Zona de Caça (2016).....	14
Tabela 6 – Zonas de caça no território da CIM do Tâmega e Sousa por classe de área (2016).....	16
Tabela 7 - Dados do ICNF sobre caçadores residentes em território da CIM.....	17
Tabela 8 – Distribuição dos abates de caça reportados ao ICNF pela Zonas de Caça da CIM do Tâmega e Sousa em 2015-2016.....	19
Tabela 9– Clusters de concelhos da CIM do Tâmega e Sousa segundo distribuição dos abates de caça reportados ao ICNF em 2015-2016 (% por concelho dos abates totais por espécie reportada) 21	
Tabela 10 – Densidade dos abates de caça reportados ao ICNF pela Zonas de Caça da CIM do Tâmega e Sousa em 2015-2016 (peças por 100ha).....	23
Tabela 11 – Área de Olival na CIM do Tâmega e Sousa, por concelho, 1989-2009.....	24
Tabela 12 – Tipologia das Entidades Gestoras das Zonas de Caça no Território da CIM do Tâmega e Sousa (2016).....	25

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cartografia das Zonas de caça na CIM Tâmega e Sousa .....	14
Figura 2 – Área média da zonas de caça na CIM do Tâmega e Sousa, por concelho, em 2016 (em hectares).....	16
Figura 3 – Importância relativa das Autarquias e das Associações como Entidades Gestoras das Zonas de caça na CIM do Tâmega e Sousa em 2016.....	25
Figura 4 - Distribuição das associações por município com base na sua designação .....	40
Figura 5 - Área concelhia (km <sup>2</sup> ) por associação.....	41
Figura 6 - Boletim anual com informação para a pesca no Estado de Nova Iorque (EUA).....	51



# ESTUDO DE CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS DO TÂMEGA E SOUSA

## PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

### 1 Introdução

A atividade cinegética tem sido ao longo dos milénios um recurso bastante relevante do ponto de vista do desenvolvimento da civilização humana em várias vertentes, das quais se destacam, a alimentação, o desporto e a cultura. Numa fase inicial, a vertente alimentar foi predominante, mas com o passar do tempo essa função foi perdendo importância em detrimento de uma vertente mais desportiva e social.

Hoje em dia, a caça afirma-se como uma atividade puramente recreativa, com uma ligação indissociável aos territórios de baixa densidade populacional, de cariz predominantemente rural, onde dominam como atividades económicas, a agricultura, a produção animal e a silvicultura, mas também as zonas ambiental e paisagisticamente protegidas, como por exemplo os sítios da rede Natura 2000.

Estes últimos na CIM são no total quatro, pelo menos parcialmente localizados no seu território num total de 32 000 hectares (ver tabela 1), todos classificados como zonas biogeograficamente do tipo Mediterrânico<sup>1</sup>.

Tabela 1 – Áreas do Território da CIM do Tâmega e Sousa integradas na Rede Natura 2000 (em hectares)

Concelhos da CIM do T&S	Alvão- Marão	Rio Paiva	Serra do Montemuro	Total
<b>Amarante</b>	8 817			8 817
<b>Baião</b>	1 477			1 477
<b>Castelo de Paiva</b>		712		712
<b>Cinfães</b>		626	13 717	14 343
<b>Resende</b>			6 593	6 593

<sup>1</sup> A saber os sítios da Rede Natura 2000 “Alvão-Marão”, “Rio Paiva” e “Serra de Montemuro”, abrangendo os concelhos de Amarante e Baião, Castelo de Paiva e Cinfães, e Cinfães e Resende, respetivamente (informação disponível no website do ICNF, consultada em Dezembro de 2016: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>).

Concelhos da CIM do T&S	Alvão- Marão	Rio Paiva	Serra do Montemuro	Total
<b>Total CIM</b>	10 294	1 338	20 310	31 942
<b>Cobertura de sítios RN2000 na CIM T&amp;S</b>	17%	9%	52%	

Fonte: ICNF 2016

A este potencial multifuncional da caça liga-se a leitura que hoje se tende a fazer dos territórios como sistemas de produção de serviços de ecossistema (EU 2015). Essa visão tem a vantagem de fazer acentuar e fazer ter em devida conta na definição de políticas de ordenamento do território, particularmente rurais, a forte complementaridade das diferentes atividades aí desenvolvidas e baseadas em recursos naturais (MEA 2008). Entre outras atividades integrantes desses serviços de ecossistema incluem-se as atividades recreativas, e entre essas a caça, com fortes interações (complementaridades e conflitos) com muitos outros serviços de ecossistema, nomeadamente com a biodiversidade, a regulação e conservação das populações faunísticas e florísticas autóctones, controlo dos fogos florestais, e com a própria agricultura e silvicultura, entre outras. Inclusive a caça pode ser uma ferramenta importante da conservação ambiental, sendo isso até reconhecido pelo facto de na grande maioria das zonas ambientalmente classificadas ser autorizada a caça, por se lhe reconhecer um valor instrumental na conservação ambiental, nomeadamente na conservação da biodiversidade.

É razoavelmente consensual assim que através de adequado ordenamento e gestão do uso da terra se podem potenciar diversos efeitos positivos das atividades cinegéticas, e evitar os efeitos negativos. Entre os efeitos positivos da caça nos territórios rurais destacam-se como principais os seguintes três (Santos et al 2015):

- Pode ser um útil instrumento de conservação da biodiversidade;
- Pode contribuir para a minimização do risco de fogos florestais;
- Pode ser um importante fator dinamizador da economia local.

Não é fácil aferir a importância atual da caça desportiva no cômputo geral do VAB do território da CIM, sendo certo contudo ser esta muito pouco significativa. Para essa conclusão basta ter em conta que a contribuição para o VAB do conjunto da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, na NUT Tâmega, área territorial que mais proximamente se sobrepõe ao Tâmega e Sousa na desagregação territorial do INE para as Contas Económicas Regionais, foi estimada na ordem dos 1,3% do VAB total em 2011 (INE 2012). Contudo existe potencial de desenvolvimento da caça recreativa como atividade económica, pela existência de recursos significativos no território da CIM para esta atividade, aliada à existência de procura regional, consubstanciada num número significativo de licenças de caça obtidas por residentes.

Por outro lado, a caça tem valor social considerável sobretudo, como referido, para zonas de mais baixa densidade demográfica (Santos et al 2015), onde normalmente as atividades económicas dominantes são as do setor primário, principalmente a agricultura e a produção florestal, mas onde também os serviços recreativos baseados na natureza e paisagem são cada vez mais importantes.

PARTE I

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO  
DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

Esse quadro é o aplicável a uma parte muito significativa do território da CIM do Tâmega e Sousa, uma vez que (i) nessa região cerca de 90% do território é usado para Agricultura, Floresta, ou é ocupado por matos, e (ii) mais de metade da sua área cai na classificação de baixa densidade (CIC 2015). Por essa razão, pelo menos, faz sentido pensar na caça como uma das atividades económicas a promover na região.

Por outro lado a caça sofre hoje de algum estigma social, muitas vezes por incompreensão do seu papel potencial, nomeadamente na conservação da natureza, por parte da opinião pública, e talvez, pelo seu desadequado ordenamento e regulação, muitas vezes decidida muito longe dos locais onde é efetivamente aplicada, e, por essa mesma razão de forma ineficaz.

Tabela 2 – Uso do solo no território da CIM do Tâmega e Sousa, e áreas de baixa densidade, por concelho, em 2009 (%)

Concelho	Agricultura	Agricultura, Floresta e Matos	Baixa densidade
<b>Amarante</b>	23%	89%	53%
<b>Baião</b>	30%	95%	100%
<b>C. Paiva</b>	16%	92%	30%
<b>C. Basto</b>	25%	93%	100%
<b>Cinfães</b>	26%	97%	100%
<b>Felgueiras</b>	42%	82%	0%
<b>Lousada</b>	34%	77%	0%
<b>M. Canavezes</b>	33%	88%	11%
<b>P. Ferreira</b>	30%	68%	0%
<b>Penafiel</b>	33%	86%	0%
<b>Resende</b>	38%	97%	100%
<b>Total CIM</b>	29%	89%	51%

Fonte: ICNF 2009, Inventário Florestal; CIC 2015 (territórios de baixa densidade)

Concluindo, relativamente a esta pequena introdução, a caça aparece como atividade económica própria e com valor social sobretudo para as zonas de baixa densidade, sendo esta atividade por um lado geradora direta de valor, por constituir serviço recreativo com procura de mercado, por outro gerador indireto de outras formas de valor, pelo seu papel multiplicador das economias locais e de regulação ambiental dos ecossistemas em geral.

O território do Tâmega e Sousa com cerca de 90% da sua superfície ocupada por usos agrícolas, florestais ou por matos, numa área de cerca 164 Km<sup>2</sup> (CIM Tâmega e Sousa 2014), tem necessariamente que incluir um importante potencial faunístico e florístico, e de outras condições naturais, favoráveis à prática da caça recreativa. Por outro lado, sendo o território da CIM estruturado por uma rede orográfica retalhada em toda a sua extensão, onde alternam, praticamente em todos os seus concelhos, áreas de planície e áreas de relevo mais irregular, as serras, o que corresponde necessariamente a uma grande diversidade de habitats para a flora e fauna, incluindo, nesta última, as diferentes espécies endógenas com valor cinegético.

Contudo o território da CIM não terá um potencial homogêneo de oferta de serviços recreativos de caça, pela sua referida diversidade em termos de relevo, ocupação do solo e, sobretudo de intensidade de ocupação humana. Naturalmente as zonas da CIM menos densamente povoadas, e onde tem maior expressão a ocupação do solo por vegetação, natural ou produtiva propícia à constituição de habitats adequados à exploração cinegética, serão as que apresentam um potencial acrescido para esse tipo de oferta. Mais à frente essa heterogeneidade em termos de potencial de exploração das atividades cinegéticas no território da CIM é analisada.

## 2 Espécies Cinegéticas no Tâmega e Sousa

De acordo com consulta verbal qualitativa nos serviços de Caça e Pesca do ICNF, foram identificadas com ocorrência no território da CIM do Tâmega e Sousa, embora com importância populacional variável, como se verá mais à frente, duas espécies de caça maior, o javali e o corço, e 11 espécies de caça menor, três delas de mamíferos, coelho, raposa e lebre, e as restantes aves, sendo todas essas espécies listadas nas Tabela 3 e 4 a seguir, juntamente com um pequeno descritivo relativamente à importância e dinâmica populacional de cada uma no território do Tâmega e Sousa.

Tabela 3 – Espécies cinegéticas de caça maior e de caça menor (mamíferos) com ocorrência no Território da CIM do Tâmega e Sousa

Espécie	Descritivo
<b>Javali</b>	População significativa; tendência de aumento da sua densidade acompanhando o aumento de incultos e aproveitando na plenitude a grande mancha florestal de alguns dos concelhos da CIM.
<b>Corço</b>	População ainda reduzida, mas o número de avistamentos tem vindo a aumentar ao longo do tempo; beneficia também do aumento das terras incultas e também da grande mancha florestal de alguns concelhos.
<b>Raposa</b>	População significativa.
<b>Coelho</b>	Principal espécie cinegética sedentário do território, apesar de as doenças terem afectado a sua densidade; espécie com maior adesão por parte dos caçadores. Esta é a espécie cinegética onde maiores desafio se colocam ao nível do controlo de doenças, com a febre hemorrágica e constituir um grave problema a afetar esta espécie, embora não exclusivo à região, acaba por a afetar mais fortemente pela grande importância desta espécie nas atividades cinegéticas no território.
<b>Lebre</b>	Ocorrência muito esporádica, havendo mesmo alguns caçadores a afirmar que esta espécie está extinta no território da CIM.

Fonte: Informações verbais obtidas nos serviços de caça descentralizados do ICNF.

Tabela 4 – Espécies cinegéticas de caça menor (aves) com ocorrência no Território da CIM do Tâmega e Sousa

Espécie	Descritivo
<b>Tordo-comum e tordo-ruvo</b>	Principais espécies cinegéticas migratórias do território, no entanto fortemente dependentes da mancha de olival.
<b>Estorninho</b>	Espécie complementar do tordo, apresentando um valor cinegético residual devido ao fraco valor gastronómico.
<b>Patos</b>	Frequentes ao longo dos cursos e massas de água. Encontram-se sobretudo nas bacias hidrográficas do Douro, Tâmega e Sousa.
<b>Pombo-bravo e pombo-torcaz</b>	Espécies cinegéticas migratórias e sedentárias (caso do Torcaz) mais relevantes durante o Verão.
<b>Rola-comum</b>	Espécie cinegética migratória relevante durante o Verão.
<b>Narceja</b>	Frequente em zonas húmidas, no entanto, os seus números não são suficientes para levar a sessões de caça específicas.
<b>Galinhola</b>	Frequente em zonas arborizadas húmidas. É uma espécie para caçadores especialistas.
<b>Codorniz</b>	Espécie frequente durante o Verão e Outono, mas que está em regressão devido à redução da superfície agrícola
<b>Perdiz-vermelha</b>	Espécie existente em grande parte do território da CIM, embora em quantitativos populacionais, não só reduzidos, como variáveis.

Fonte: Informações verbais obtidas nos serviços de caça descentralizados do ICNF.

### 3 Ordenamento e infraestruturas de apoio ao setor

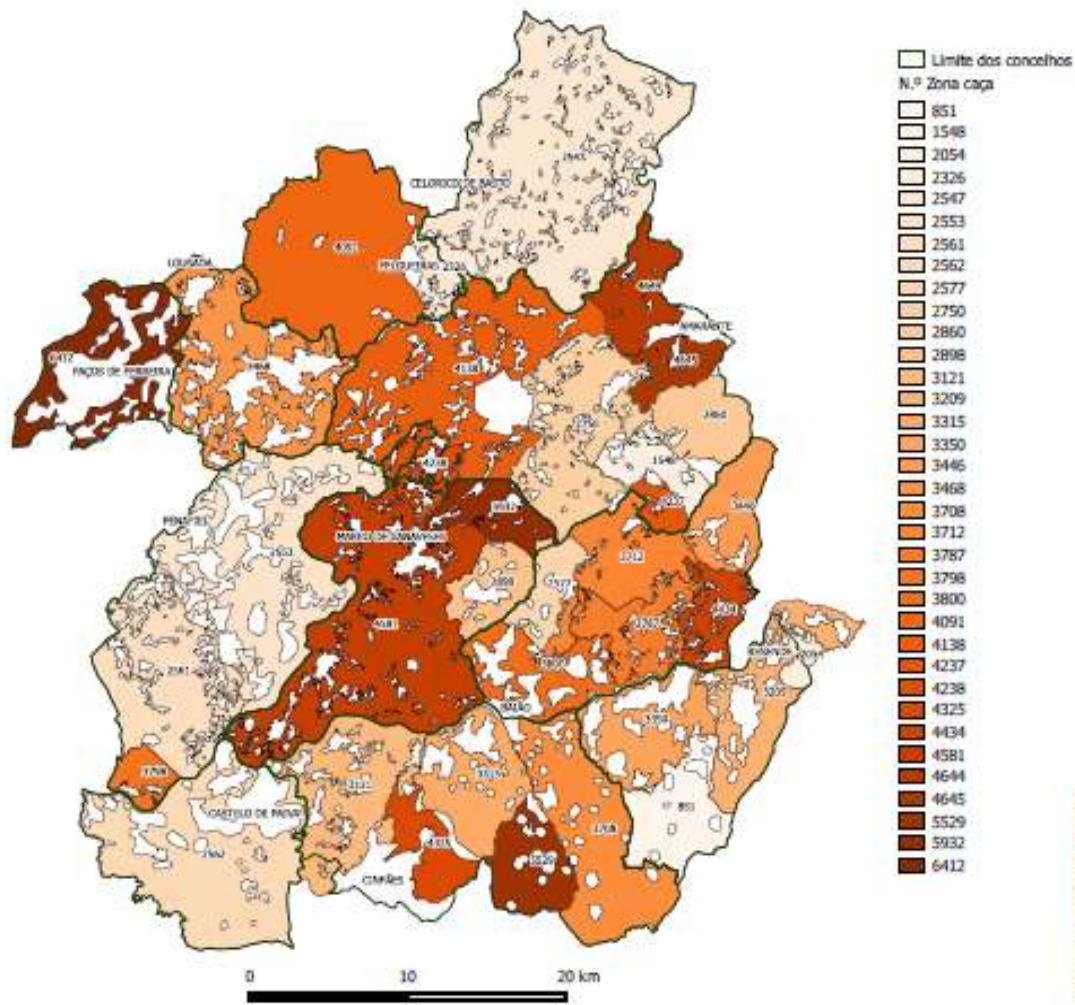
#### 3.1 Zonas de Caça

À semelhança da média nacional que ronda os 86% (dados do ICNF para 31/5/2016), também o território da CIM está sujeito a um elevado ordenamento da área útil disponível para a actividade cinegética, com 78% da sua superfície total a ser utilizada para efeitos de ordenamento cinegético. Neste território predominam as zonas de caça municipais, seguidas a uma larga distância pelas zonas de caça associativas. São inexistentes neste território, tanto as Zonas de Caça Nacionais, como as Zonas de Caça Turísticas. Importa aqui realçar que nem sempre foi este o caso, especialmente no que diz respeito à vertente turística. Assim, conseguimos saber que chegou a existir na CIM há alguns anos atrás uma zona de caça turística, denominada de Zona de Caça Turística do Marão, cuja gestão estava a cargo de Leite Marinho e Filhos – Imobiliário e Construções, Lda.. Entretanto, essa zona de caça foi extinta recentemente, em Janeiro de 2015, mas não conseguimos apurar os motivos por trás dessa extinção.

A inexistência de zonas de caça turísticas é claramente uma situação bastante relevante do ponto de vista económico para este território, já que este tipo de Zonas de Caça são consideradas como sendo as que têm maior impacto nas economias locais. Efetivamente, essa é a principal conclusão

de um estudo recente onde se analisa detalhadamente a performance a vários níveis dos diferentes tipos de zona de caça no território nacional (Santos et al, 2015).

Figura 1 - Cartografia das Zonas de caça na CIM Tâmega e Sousa



14

Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

Tabela 5 – Áreas cinegéticas ordenadas na CIM do Tâmega e Sousa, por tipologia de Zona de Caça (2016)

Concelhos	Zonas de Caça Municipais		Zonas de Caça Associativas		Área cinegética ordenada total na CIM do Tâmega e Sousa		Área coutada na superfície territorial do concelho
	Área (Ha)	Nº	Área (Ha)	Nº	Área (Ha)	Nº	%
<b>Amarante</b>	21 439	6	1 577	1	23 016	7	76,9
<b>Baião</b>	12 432	5	1 638	1	14 070	6	80,1

Concelhos	Zonas de Caça Municipais		Zonas de Caça Associativas		Área cinegética ordenada total na CIM do Tâmega e Sousa		Área coutada na superfície territorial do concelho
	Área (Ha)	Nº	Área (Ha)	Nº	Área (Ha)	Nº	%
Castelo de Paiva	8 475	1	0	0	8 475	1	75,9
Celorico de Basto	15 896	1	0	0	15 896	1	87,8
Cinfães	14 060	3	4 234	2	18 294	5	75,7
Felgueiras	10 160	1	1 289	1	11 449	2	96,1
Lousada	6 156	1	0	0	6 156	1	61,4
Marco de Canaveses	14 232	2	2 173	1	16 405	3	81,2
Paços de Ferreira	3 467	1	0	0	3 467	1	47,7
Penafiel	15 517	3	0	0	15 517	3	72,9
Resende	6 254	2	3 745	2	9 999	4	81,5
<b>Total CIM T&amp;S</b>	<b>128 088</b>	<b>26</b>	<b>14 656</b>	<b>8</b>	<b>142 744</b>	<b>34</b>	<b>77,6</b>

Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

Apesar da predominância das zonas de caça municipal em termos de ordenamento, a verdade é que muitas delas não são efectivamente geridas por entidade públicas, nomeadamente municípios ou juntas de freguesia. Assim, a grande maioria é gerida por clubes ou associações de caçadores, que tal como a Lei permite, apenas aproveitam de forma racional as vantagens em termos de taxas anuais de licenciamento deste tipo de zonas de caça, já que são muito inferiores aquelas que são devidas por zonas de caça associativas ou turísticas<sup>2</sup>. As únicas zonas de caça que efectivamente respeitam na íntegra a sua designação municipal na verdadeira acepção da palavra são as geridas por três câmaras municipais e duas juntas de freguesia.

15

Ao nível da dimensão territorial das zonas de caça (Tabela 5), e apesar grande maioria (20, num total de 34) estar dentro de valores razoáveis com áreas entre os 1300 e os 4000 hectares, é notória a existência de alguns “outliers” com áreas demasiado grandes e que se integram todos na denominação de zonas de caça municipal. A este nível, destacam-se a zona de caça municipal de Amarante (8796 hectares), a zona de caça municipal de Felgueiras (10160 hectares), a zona de caça municipal do Marco de Canaveses (12360 hectares) e principalmente a zona de caça municipal de Celorico de Basto (15890 hectares). Estes casos concretos apresentam áreas muito acima da média da região e levantam sérias questões relativamente à capacidade efectiva de gestão. Parecem-nos serem casos de ambição desmedida de ordenamento que, na maioria das situações, não são acompanhadas proporcionalmente em número de sócios, orçamentos, vigilância, dedicação e competências ao nível da gestão cinegética.

<sup>2</sup> Informação obtida no âmbito de contactos estabelecidos com dirigentes de Associações de Caçadores da região do Tâmega e Sousa.

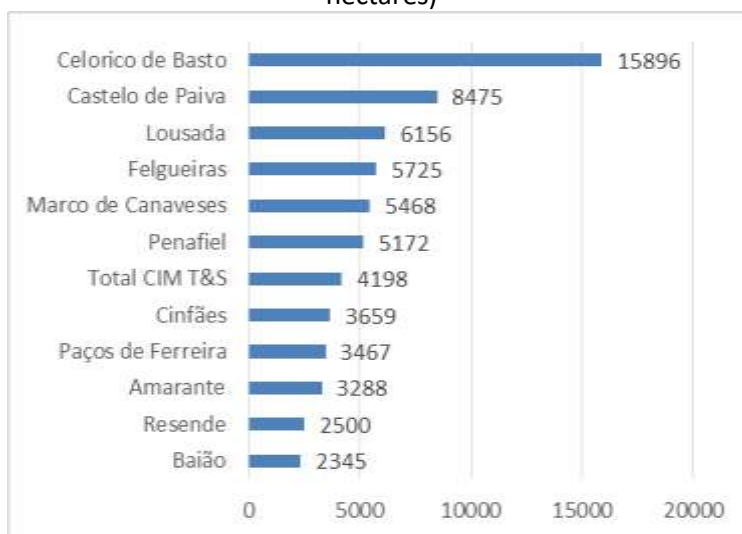
Tabela 6 – Zonas de caça no território da CIM do Tâmega e Sousa por classe de área (2016)

Escalão de área (em hectares)	ZCM	ZCA	Total
<b>Até 2 000</b>	5	5	10
<b>2 001 a 4 000</b>	11	2	13
<b>4 001 a 8 000</b>	5	0	5
<b>8 001 a 10 000</b>	3	0	3
<b>10 001 a 12 000</b>	1	0	1
<b>12 001 a 14 000</b>	1	0	1
<b>14 001 a 16 000</b>	1	0	1
<b>Total</b>	27	7	34

Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

Como se pode também constatar na figura 2, a seguir, a dimensão média das zonas de caça também varia consideravelmente na CIM de concelho para concelho. A mais baixa área média observa-se no concelho de Baião, devida à dispersão das áreas coutadas por um número elevado de zonas de caça, 7 no total. Por sua vez, as áreas médias mais altas ocorrem em concelhos onde só existe uma única zona de caça, municipal de grandes dimensões, como são os casos já referidos de Celorico de Basto, Felgueiras e Castelo de Paiva.

Figura 2 – Área média da zonas de caça na CIM do Tâmega e Sousa, por concelho, em 2016 (em hectares)



Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

### 3.2 Caçadores e dinâmica de caça

Segundo dados fornecidos pelo ICNF, que reportam a 31 de Maio de 2016, é possível concluir que o número de caçadores activos no território têm vindo a sofrer da mesma tendência negativa que afecta o resto do território nacional. Assim, dos 7033 caçadores residentes no território que estão



ou estiveram habilitados para a caça, apenas 3270 (aproximadamente 47%) tiraram as respectivas licenças na temporada 2015/16. Isto implica uma perda de 53%, só ligeiramente menor do que a média nacional que aponta para uma perda de cerca de 56% em período homólogo. Globalmente, estes números não são nada animadores e parecem ser sinónimo de um declínio deste tipo de actividade que nos parece ser muito difícil de inverter no nosso País, especialmente atendendo às barreiras burocráticas à entrada de novos caçadores e às novas tendências e filosofias ambientais e de protecção dos animais que se estão a disseminar de forma cada vez mais contundente na nossa sociedade.

Numa leitura mais detalhada, a distribuição municipal de caçadores registados e activos no território pode ser observada na tabela abaixo. Como se pode ver, não se registam desvios muito significativos ao nível da dispersão do número de caçadores locais, especialmente quando se olha à densidade por hectare de terreno ordenado. Efectivamente, a grande maioria dos municípios não está muito longe da média nacional de 0,0163 caçadores activos por hectare e os concelhos com valores um pouco mais elevados, são os considerados como mais urbanos, que têm simultaneamente uma maior densidade populacional e menor área ordenada, como, por exemplo, Paços de Ferreira e Lousada.

Tabela 7 - Dados do ICNF sobre caçadores residentes em território da CIM

Concelho	N.º de titulares de carta de caçador válida e não válida (residentes)	N.º de caçadores residentes que se licenciaram em 2015/2016	Densidade de caçadores activos (por hectare ordenado)
Amarante	1245	565	0,023649
Baião	374	182	0,012537
Castelo de Paiva	265	114	0,013451
Celorico de Basto	711	316	0,019318
Cinfães	507	278	0,013984
Felgueiras	740	352	0,031847
Marco de Canaveses	858	385	0,022511
Paços de Ferreira	425	194	0,055956
Penafiel	1058	469	0,030223
Resende	350	191	0,021215
Lousada	500	224	0,036387

Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

Ao nível da dinâmica de caça, das informações que fomos obtendo, predominam sobretudo as técnicas de caça de salto e à espera, que são as técnicas mais adaptadas à espécie cinegética mais frequentes e mais procuradas no território da CIM. A caça de salto é essencialmente usada para o coelho e a perdiz, enquanto que a caça à espera é sobretudo utilizada para as migratórias, nomeadamente rola, pombo e tordos. Finalmente, a referir também a existência da montaria e caça à espera à noite ao javali nos territórios onde esta espécie de caça maior é mais abundante,

nomeadamente nos locais com menor densidade populacional e maior densidade de floresta e matos.

Ao nível dos planos de exploração, e sobretudo centrando a atenção nos planos de exploração das zonas de caça municipal para 2016 e 2017, verificamos que existem essencialmente os seguintes factos a considerar:

- Quase todos os dias úteis de caça disponíveis no calendário geral são utilizados pelas zonas de caça municipal ao nível da caça menor. Isto parece-nos excessivo, especialmente nos casos em que as populações de espécies cinegéticas não estão nas melhores condições para aguentarem este tipo de pressão, caso da perdiz-vermelha.
- Preço médio da jornada de caça menor anda numa média de cerca de 10 euros. Este valor parece-nos demasiado baixo, comparativamente a oferta idêntica noutras zonas do país e atendendo aos custos de manutenção e gestão de uma zona de caça. Normalmente, e de modo a gerar orçamentos razoáveis com base nestes valores, é necessário aumentar significativamente as jornadas de caça vendidas ou os números de sócios, com os consequentes efeitos nefastos em termos de sobre-exploração.
- Preço média da jornada de caça ao javali apresenta valores médios de aproximadamente 30 euros. Mais uma vez, parecem-nos valores baixos relativamente aquilo que se pratica noutras zonas do país.

Com base nos dados acima, parece-nos claro que as zonas de caça municipal presentes no território estão muito vocacionadas para prestar serviço público dirigido sobretudo aos residentes nos quais estas zonas estão instaladas. O elevado número de dias de caça permitidos conjuntamente com o baixo preço das jornadas de caça parecem indicar que a prioridade destas zonas é satisfazer as necessidades de curto prazo dos caçadores em detrimento da preservação e conservação do equilíbrio ambiental com o uso de uma metodologia de exploração racional que permita a sustentabilidade das populações cinegéticas indígenas. Com este tipo de abordagem, o esforço de caça leva a uma diminuição significativa dos efectivos no território e muitas vezes obriga a uma utilização intensiva dos repovoamentos e largadas com exemplares que muitas vezes proporcionam experiências de caça muito inferiores aquelas que são oferecidas pelas espécies indígenas.

### **3.3 Resultados da exploração das zonas de caça**

Após uma primeira apreciação sobre o ordenamento e dinâmica de caça no território da CIM, vamos agora prosseguir com uma análise mais quantitativa que tem por base dados fornecidos pelo ICNF relativos aos abates declarados pelas zonas de caça para as diferentes espécies (época venatória 2015-2016). Estes dados não são completamente fiáveis como indicadores de carácter estrutural, primeiro pela falta de certeza no rigor e exaustividade das declarações, segundo por se reportarem unicamente a uma época cinegética completa, a de 2015-2016, que pode não ter sido

PARTE I

um ano representativo das potencialidades efectivamente presentes na região. Contudo, se nos concentrarmos na análise dos dados em termos de incidência percentual por concelho dos abates por espécie, é possível, pelo menos, analisar provisoriamente alguma especificidade intraregional em termos de ocorrência efetiva de espécies cinegéticas e estimar indicadores de densidade de caça (nº médio de peças abatidas por ano por cada 100 hectares de zona de caça).

Assim, começaremos por analisar a informação disponível usando como unidade de análise os dados agregados por concelho, como uma primeira aproximação, para depois passarmos a uma análise mais detalhada por zona de caça.

Para essa análise mais agregada, são apresentados na tabela 4 os dados relativos à distribuição percentual dos abates por concelho da CIM, para as diferentes espécies com abates reportados ao ICNF, referentes à época venatória 2015-2016. De uma primeira análise do quadro retira-se, no que se refere à caça menor, a importância acrescida no Tâmega e Sousa, em termos de números de produtividade das zonas de caça, do coelho-bravo (8479 peças), dos tordos (4395), da perdiz-vermelha (1712), da rola-comum (960) e dos pombos (579), por ordem descendente de importância. Relativamente à caça maior, só o javali é reportado, e com números não muito significativos para o conjunto da região, apenas 60 animais. Estes valores são de certa forma confirmados pela entidades gestoras, pois em inquérito realizadas às mesmas estas identificaram as seguintes espécies como sendo o principal alvo da exploração cinegética: o coelho-bravo, pombos-bravos e torcazes, perdiz-vermelha e javali.

Como veremos depois para algumas destas espécies observa-se contudo uma especialização concelhia, pelo que destes números não podemos imediatamente deduzir a densidade populacional efectivas das zonas de caça. De notar que da lista inicial de espécies cinegéticas referidas pelo ICNF com possível ocorrência na região (tabela 3 e 4), não são reportados abates nem de corço, nem de lebre, nem de narceja, nem de patos, em nenhuma das zonas de caça existentes.

Tabela 8 – Distribuição dos abates de caça reportados ao ICNF pela Zonas de Caça da CIM do Tâmega e Sousa em 2015-2016

Concelho	Unid	Javali	Raposa	Coelho-bravo	Perdiz-vermelha	Codor-niz	Galinhol-a	Pombos	Rola-comum	Tordos
<b>Amarante</b>	%	69	45	16	7	3	12	21	14	8
<b>Baião</b>		5	18	8	16	23	30	8	15	1
<b>C. Paiva</b>		0	1	2	5	0	0	0	10	0
<b>Celor. Basto</b>		1	3	8	3	0	0	48	8	91
<b>Cinfães</b>		13	4	12	14	14	25	3	0	0

Concelho	Unid	Javali	Raposa	Coelho-bravo	Perdiz-vermelha	Codor-niz	Galinhol-a	Pombos	Rola-comum	Tordos
<b>Felgueiras</b>		0	0	2	0	0	0	0	0	0
<b>Lousada</b>		0	3	6	0	0	2	0	3	0
<b>M. Canaveses</b>		5	16	17	12	11	6	12	25	0
<b>P. Ferreira</b>		0	4	6	6	0	0	0	7	0
<b>Penafiel</b>		2	2	10	8	0	3	0	6	0
<b>Resende</b>		4	4	14	29	48	21	8	14	0
<b>Total CIM T&amp;S</b>		100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Abate total</b>	<b>Nº peças</b>	<b>60</b>	<b>205</b>	<b>8479</b>	<b>1712</b>	<b>117</b>	<b>132</b>	<b>579</b>	<b>960</b>	<b>4395</b>

Tendo em vista perceber como se distinguem os concelhos da CIM em termos de oferta de caça, por um lado, mas também se estão presentes especializações locais, procedeu-se a uma análise classificatória dos 11 concelhos da CIM. A base de classificação foram os dados da distribuição percentual dos abates reportados que constam da tabela 8 acima. O resultado dessa análise, apresentado na tabela 5 em baixo, foi a constatação de que algumas espécies reportadas são transversais a toda a região, enquanto que outras estão localizadas predominante ou totalmente em concelhos específicos. Isto permite a identificação de cinco situações diferentes relativamente à oferta e potencial de desenvolvimento da caça para diferentes zonas da CIM (concelhos ou agrupamentos de concelhos).

Relativamente às espécies aparentemente transversais para todos os concelhos, temos o coelho-bravo e a rola-comum. Todas as restantes espécies reportadas têm incidência mais local, aparentemente. Para esta últimas, a maior concentração verifica-se para os tordos em Celorico de Basto (91% dos abates reportados em 2015-2016), a seguir o javali e a raposa, mais localizados em Amarante, a perdiz-vermelha em Resende, os pombos em Celorico de Basto e Amarante, e a galinhola em Baião, Cinfães e Resende.

Os “clusters” identificados foram cinco, 3 referentes a concelhos isolados na sua especificidade, Amarante, Celorico de Basto e Resende, com características diferentes mas igualmente favoráveis ao desenvolvimento da caça, e adicionalmente dois grupos para os restantes concelhos, um apresentando produtividades de caça razoáveis para os padrões da região, Baião, Cinfães e Marco

de Canaveses, e outro com manifestamente menos aptidão para a caça, constituído pelos concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel.

Esses cinco grupos foram provisoriamente designados (ver tabela 9) por:

- Alto potencial diversificado;
- Médio potencial diversificado;
- Alto potencial especializado (tordos e pombos);
- Alto potencial especializado (codorniz, perdiz e galinhola);
- Potencial baixo.

Este tipo de informação, embora necessitando de validação com mais dados, sobretudo para uma série mais longa de informação relativa, por exemplo, utilizando as últimas três épocas venatórias, pode constituir já uma primeira indicação das áreas a privilegiar em termos de medidas específicas dirigidas ao desenvolvimento da caça na CIM. À partida, Amarante, Baião, Cinfães e Resende representam, embora separados pelo Douro, uma continuidade geográfica em termos de produtividade média a elevada no conjunto de épocas venatórias recentes

Tabela 9– Clusters de concelhos da CIM do Tâmega e Sousa segundo distribuição dos abates de caça reportados ao ICNF em 2015-2016 (% por concelho dos abates totais por espécie reportada)

Espécie cinegética	Clusters identificados (agrupamentos de concelhos)				
	Alto potencial diversificado	Médio potencial diversificado	Potencial baixo	Alto potencial especializado (tordos e pombos)	Alto potencial especializado (codorniz, perdiz e galinhola)
	Amarante	Baião, Cinfães e Marco de Canaveses	C. Paiva, Felgueiras, Lousada, P. Ferreira e Penafiel	Celorico de Basto	Resende
<b>Javali*</b>	69,50	7,84	,43	,56	4,28
<b>Raposa*</b>	44,96	12,50	2,06	3,04	4,23
<b>Coelho-bravo</b>	16,07	12,09	5,23	7,71	13,82
<b>Perdiz-vermelha*</b>	7,46	13,83	3,73	3,19	29,20
<b>Codorniz*</b>	3,03	16,16	0,00	0,00	48,48
<b>Galinhola*</b>	12,12	20,45	1,06	0,00	21,21
<b>Pombos*</b>	20,82	7,58	0,00	48,24	8,21
<b>Rola-comum</b>	13,63	13,19	4,93	8,48	13,66
<b>Tordos*</b>	7,85	,22	0,00	91,15	0,00

(\*) Diferenças entre clusters estatisticamente significativas para P=10% (ANOVA)

Em seguida é feita uma pequena resenha da situação por espécie em termos de produtividade concelhia. Este é outro tipo de informação proveniente dos dados de base apresentados na tabela 4, a partir dos quais se calcularam as densidades de abate (abates por 100 hectares de zona coutada) por espécie, apresentados na Tabela 10 a seguir. A análise por espécie cinegética é a seguinte:

**Coelho-bravo:** Conforme se pôde observar na Tabela 5 a distribuição do coelho-bravo é transversal a todos os concelhos da CIM, sendo as oscilações dos abates de coelho para coelho mais dependentes da área coutada de cada concelho do que de diferenças de produtividade. No entanto, observando a tabela 6, verifica-se que as produtividades por coelho diferem, com as produtividades mais altas a verificarem-se em Resende e Amarante.

**Perdiz-vermelha:** Esta espécie aparentemente encontra-se bem distribuída por toda a CIM, com excepção de Felgueiras e Lousada, mas apresenta produtividades mais altas em Resende, do que em todos os restantes concelhos. No caso específico de Felgueiras, a inexistência de reporte de abate deve-se ao facto de a caça a esta espécie estar proibida na zona de caça municipal gerida pela autarquia e que ocupa aproximadamente 90% da área cinegética útil.

**Codorniz:** Esta espécie encontra-se unicamente em quatro concelhos, mas com produtividade significativamente mais alta no concelho de Cinfães.

**Galinholas:** A galinhola aparece em seis concelhos apenas, mas em todos eles com produtividades pouco significativas, com excepção de Amarante e sobretudo Resende.

**Pombo-bravo:** Para esta espécie são reportados abates apenas em Amarante e Celorico de Basto, mas com produtividade significativas só neste último concelho.

**Pombo torcaz:** Esta espécie é reportada em quatro concelhos, mas destes destaca-se Amarante, com produtividades significativamente mais elevadas.

**Raposa:** Esta espécie encontra-se aparentemente bem distribuída por toda a CIM, só não sendo reportada para Felgueiras. Nenhum dos concelhos onde ocorre se destaca em termos de produtividade.

**Rola-comum:** Excetuando dois concelhos – Cinfães e Felgueiras – esta espécie é reportada em todos os concelhos da CIM, sem grandes diferenças de produtividade, que tende a ser genericamente baixa.

Tabela 10 – Densidade dos abates de caça reportados ao ICNF pela Zonas de Caça da CIM do Tâmega e Sousa em 2015-2016 (peças por 100ha)

Concelho	coelho-bravo	perdiz-vermelha	codorniz	Galinholha	pombo-bravo	pombo-torcaz	Raposa	rola-comum	tordo-comum	tordo-ruivo	javali
<b>Amarante</b>	10,7	1,05	0,02	0,11	0,2	1,43	0,9	0,98	1,55	0,1	0,09
<b>Baião</b>	4,2	2	0,22	0,3	-	0,47	0,41	1,03	0,16	-	0,07
<b>Castelo de Paiva</b>	2,38	1	-	-	-	-	0,03	1,1	-	-	-
<b>Celorico de Basto</b>	3,64	0,35	-	-	2,29	-	0,05	0,5	20	-	-
<b>Cinfães</b>	5,57	1,32	9,83	-	-	-	0,05	-	0,06	-	0,02
<b>Felgueiras</b>	1,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Marco de Canaveses</b>	7,77	1,05	0,07	0,04	-	0,52	0,27	1,25	-	-	0,05
<b>Paços de Ferreira</b>	14,9	2,94	-	-	-	-	0,34	1,96	-	-	-
<b>Penafiel</b>	8,86	1,36	-	0,03	-	-	0,07	0,53	-	-	0,03
<b>Resende</b>	12,17	5,13	0,64	0,28	-	0,69	0,14	1,34	-	-	0,08
<b>Lousada</b>	8,46	0,06	-	0,04	-	-	0,17	0,42	-	-	-

Tordos: As duas espécies de tordos reportadas (tordo-comum e tordo-ruivo) concentram-se em quatro concelhos apenas, os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto e Cinfães. Tal como seria de esperar, os concelhos da CIM com maior área de olival (ver tabela 7, em baixo). Contudo, e segundo os dados fornecidos pelo ICNF para 2015-2016, destaca-se para esta espécie largamente o concelho de Celorico de Basto em termos de produtividade, com 20 peças abatidas por 100 hectares.

Javali: O abate legal de javali concentra-se em sete dos onze concelhos da CIM - Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Baião, Penafiel e Resende - sem que em nenhum deles se verifique nenhuma diferença significativa em termos de produtividade das respetivas zonas de caça. Cruzando os dados da ocorrência de javali com os do uso do solo (tabela 2, acima), os dados disponíveis desconcertam um pouco, pois é reportado abate de javalis em concelhos como o de Penafiel, com toda a área classificada como de alta densidade, e não há reporte de abate desta espécie para concelhos como o de Celorico de Basto, com toda a área classificada em baixa densidade e 93% do território coberto por Agricultura, Floresta e Matos. A este fenómeno não é concerteza alheio esse outro da caça ilegal, que, segundo informação disponibilizada pelo ICNF, assume particular importância nesta região para esta espécie de caça maior.

Tabela 11 – Área de Olival na CIM do Tâmega e Sousa, por concelho, 1989-2009

Concelho	1989	1999	2009	Ordem descendente 2009
<b>Amarante</b>	108	140	95	1
<b>Baião</b>	189	100	43	4
<b>Castelo de Paiva</b>	7	46	36	6
<b>Celorico de Basto</b>	226	99	70	2
<b>Cinfães</b>	121	36	69	3
<b>Felgueiras</b>	1	0	1	9
<b>Lousada</b>	0	0	1	9
<b>Marco de Canaveses</b>	117	63	20	7
<b>Paços de Ferreira</b>	0	0	0	11
<b>Penafiel</b>	12	10	10	8
<b>Resende</b>	230	18	41	5
<b>Total CIM T&amp;S</b>	1011	512	386	
<b>Variação decenal CIM T&amp;S</b>		-49%	-25%	

Fonte: INE1989, 1999 e 2009: Recenseamentos Agrícolas

### 3.4 Entidades gestoras

24

No Tâmega e Sousa, existem três tipos de instituições diretamente envolvidas na gestão de zonas de caça, a saber, os municípios, as juntas de freguesia, todos com um papel interventivo ao nível de políticas para o setor, mas assumindo, para áreas significativas da CIM também a gestão direta de zonas de caça, e finalmente as Associações, estas com o papel mais importante, tanto em termos de área, como do número de entidades, ao nível da gestão das zonas de caça. Na tabela 12 em baixo podemos observar a importância relativa destes três tipos de instituições na gestão de zonas de caça, tanto em termos de número de entidades gestoras como de área gerida. Relativamente a essa tabela importante notar que existe duplicação no número de associações contabilizadas devido ao facto de duas delas gerirem cada uma duas zonas de caça. Na figura 3, a seguir podemos também observar, mais sinteticamente, a importância destes três tipos de instituições na gestão das zonas de caça no Tâmega e Sousa. As associações, 27 no total, estão envolvidas na gestão de zonas de caça e gerem um total de quase 110 000 hectares coutados (77%). Adicionalmente, existem 3 câmaras municipais que gerem cerca de 28 000ha (20%), e 2 juntas de freguesia que gerem cerca de 1 000ha (3%).

De enfatizar aqui, assim, a grande importância das associações nesta função de gestão de zonas de caça. As associações estão envolvidas na gestão de 25 zonas de caça, com duas delas, como referido, a gerirem simultaneamente 2 zonas. Estas associações repartem-se sensivelmente metade por associações de caçadores e associações de caçadores e pescadores. Apenas uma, entre as envolvidas na gestão de zonas de caça tem a designação mais abrangente de Associação Cultural e Desportiva, tendo provavelmente um leque de actuação mais abrangente que as restantes.

PARTE I

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

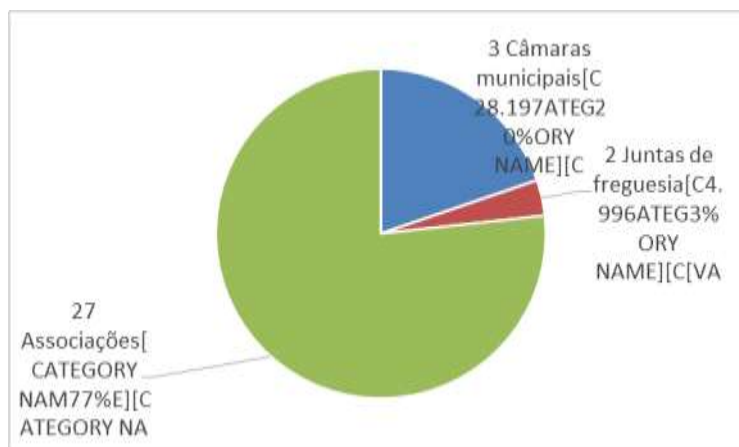


Tabela 12 – Tipologia das Entidades Gestoras das Zonas de Caça no Território da CIM do Tâmega e Sousa (2016)

Tipo de Entidade Gestora	ZCM		ZCA		Total	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
<b>Ass. Caçadores</b>	11	58 202	3	4 044	14	62 246
<b>Ass. Caça e Pesca</b>	10	36 693	4	9 035	14	45 728
<b>Ass. Cult. e Desport.</b>	0	0	1	1 577	1	1 577
<b>Município</b>	3	28 197	0	0	3	28 197
<b>Junta de Freguesia</b>	2	4 996	0	0	2	4 996
<b>Total</b>	26	128 088	8	14 656	34	142 744

Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

Figura 3 – Importância relativa das Autarquias e das Associações como Entidades Gestoras das Zonas de caça na CIM do Tâmega e Sousa em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelo ICNF em dezembro de 2016

### 3.5 Habilitação das entidades gestoras

De acordo com informação recolhida junto dos intervenientes no território, nomeadamente os municípios, verifica-se que a maioria das entidades gestoras no sector da caça possuem nos seus quadros dirigentes, indivíduos com um nível de formação baixo a médio, com a grande maioria no intervalo entre a 4ª classe e o 9º ano. Eventualmente, existirão alguns com o 12º ano, No caso específico excepcional dos municípios de Celorico de Basto e Felgueiras, a gestão é realizada por técnicos com curso superior.

Em termos formação específica na área de gestão de recursos cinegéticos ou exploração cinegética, não foi encontrado nenhum gestor com este tipo de características. Isto é um sinal claro de que a gestão destes recursos é realizada essencialmente numa base amadora, em que alguns indivíduos

PARTE I

mais interessados procuram por as mãos à obra com conhecimentos genéricos e depois entram numa lógica de “learning-by-doing”, em que conselhos externos de pessoas mais próximas e a experimentação tentativa (“trial and error”) são as técnicas mais utilizadas.

Conseguimos apurar também, que, como tentativa de colmatar a situação anterior, em vários casos entidades especializadas do sector, como a Fençaça<sup>3</sup>, são contratadas pelas zonas de caça para auxiliar e prestar apoio de consultoria na estruturação, organização e planeamento da gestão. Numa amostra de 25 planos de exploração aprovados para zonas de caça municipal no território da CIM em 2016/17, 14 deles tem a chancela da referida Fençaça, o que é um claro indicador da relevância desta instituição para o sector, no território. À partida, isto não implica que outras associações não possam também ser membros desta instituição ou de outras, já que nos foi comentando pelo técnico da delegação Norte da Fençaça, que existem algumas associações a assinar o plano de exploração de forma individual, mesmo sendo associados da Fençaça. Neste contexto, a relevância das entidades especializadas do sector no território pode ser claramente superior à que apuramos por esta via.

Ao nível da intervenção direta destas entidades especializadas, e focalizando a nossa análise no caso da Fençaça, foi-nos comunicado que um dos melhores exemplos presentes no território da CIM corresponde ao Clube de Caça e Pesca de Canelas que gere a zona de caça municipal de Mouzinho em Penafiel. Segundo informação prestada pelo município de Penafiel e, posteriormente confirmada pela Fençaça, este clube é dos poucos que possui um vigilante a tempo inteiro e dispõe de viatura própria. Para além disso, também tem infraestruturas dedicadas à produção individual de coelhos certificados para a realização de repovoamentos, bem como dispõe de um campo de voo para aclimação das perdizes a introduzir na zona de caça. No global, este clube distingue-se por uma forte valência técnica do ponto de vista de ação no terreno, inclusive ao ponto de prestar auxílio na prevenção efetiva de incêndios durante o Verão, exemplo claro da presença de efeitos indiretos benéficos da caça sobre outros serviços de ecossistema no território.

### **3.6 Profissionalização das entidades gestoras**

Como vimos contudo, a gestão dos recursos cinegéticos é realizada sobretudo numa base amadora e a tempo parcial. Atendendo ao facto de não existir nenhuma zona de caça gerida por entidades privadas e com uma focalização específica na obtenção de lucro, não é possível encontrar nenhum caso de especialização e dedicação a tempo inteiro. O funcionamento de zonas de caça associativas e municipais na região está normalmente associado a orçamentos relativamente baixos que não permitem o pagamento de salários. Este aspecto é relevante na maioria dos casos, levando a que nem sequer se consiga contratar vigilância para as zonas de caça. Assim, e perante este contexto, muito do esforço realizado pelas entidades gestoras é baseado na boa vontade e voluntarismo de alguns poucos caçadores mais solidários que, a tempo parcial, vão dedicando algumas horas por semana a este tipo de tarefas. Ainda por cima, e ao nível dos clubes e associações de caçadores, uma percentagem significativa tem simultaneamente a valência de caça e pesca, e portanto têm que dividir a sua atenção por estas duas actividades, não conseguindo beneficiar de especialização.

No que diz respeito a entidades públicas, o nível de dedicação deveria ser maior, no entanto, a verdade é que os departamentos ou pessoas encarregues desta área também têm

<sup>3</sup> Fençaça - Federação Nacional das Zonas de Caça Associativas.

responsabilidades e funções a outros níveis, levando a alguma escassez no tempo dedicado a esta atividade. Nos casos concretos das experiências de gestão de zonas de caça municipais geridas por entidades públicas que tivemos a oportunidade de conhecer, verifica-se que o problema não é a falta de habilitação das pessoas responsáveis, mas sim a baixa prioridade política que se dá a esta atividade, e que se traduz diretamente em escassos apoios financeiros, materiais ou alocações de pessoas e tempos de trabalho. Mesmo assim, é possível encontrar situações de gestão pública dinâmica e com alguma eficácia, como é o caso de Celorico de Basto.

### 3.7 Campos de treino

No que diz respeito a este tipo de infra-estruturas, parece-nos que todos os municípios que fazem parte CIM estão relativamente bem servidos já que se detectou um número global bastante elevado de campos de treino. De acordo com os dados recebidos do ICNF, existem registados 40 campos de treino no território da CIM, sendo os concelhos mais activos a este nível; Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Cinfães. Não sabemos até que ponto os dados do ICNF estão desactualizados ou sub-valorizados, pois só em Felgueiras foi-nos comunicado a existência de 4 campos de treino no território do município e apenas um aparece registado na base de dados do ICNF.

Efetivamente, denota-se uma discrepância ao nível da distribuição de campos de treino, com alguns municípios a não aparecerem neste registo, no entanto, não nos parece que isso seja problemático, até porque a classificação dos dados do ICNF parece estar a ser realizada por domicílio de Clube de Caça, em lugar da localização do campo de treino. Assim, alguns campos de treino poderão estar geograficamente no território de outros municípios, mas estão a ser catalogados de acordo com o endereço do Clube de caça, levando a que a distribuição geográfica seja mais bem distribuída do que o que aparenta ser.

Se dúvidas ainda existissem sobre a possibilidade de existirem necessidades ao nível de campos de treino, elas rapidamente se dissiparam durante os diálogos encetados com as entidades gestoras do sector. Quer pela via de inquérito, quer pela via de diálogo directo em reunião realizada na CIM, verificou-se que todas as entidades gestoras declararam dispôr de campos de treino de caça e nenhuma referiu a existência de necessidades a este nível.

Quanto à utilização destas infra-estruturas, a grande maioria centra o âmbito da acção no treino dos cães, especialmente fora da época de caça. Algumas associações também utilizam os campos de treino para tiro desportivo, largadas e realização de provas de Santo Huberto, mas em menor número, pois muitas não vêem com bons olhos o disparo de armas de fogo ou a prática de actos de caça efectiva durante a época de defeso.

### 3.8 Vigilância/fiscalização

Ao longo dos vários contactos realizados com entidades gestoras e municípios localizados no território da CIM foi patente a falta de investimento na vigilância dos recursos cinegéticos. A grande maioria das zonas de caça não possui actualmente um vigilante, nem a tempo parcial, nem a tempo inteiro, e muitas das que tinham, foram lentamente caminhando no sentido de eliminar esse posto de trabalho, e respectivo encargo. A ideia central que nos foi passada é que o vigilante não é eficaz, porque não tem capacidade imediata para agir sobre os furtivos, necessitando de chamar as autoridades competentes e, como tal, a sua acção no território irrelevante do ponto de vista de redução do furtivismo.

Este padrão de minorização do papel do vigilante parece ser comum à generalidade das zonas de caça do território, quer sejam municipais ou associativas, ou quer sejam geridas por associações de caçadores ou por entidades autárquicas. A este nível, são poucas as entidades gestoras que destoam desta perspectiva e continuam a investir na manutenção do posto de vigilante. Na sequência de inquéritos administrados às entidades gestoras de caça, apenas uma zona de caça num universo de 5 respostas declarou que tinha um vigilante a tempo inteiro com um custo anual de 2800 euros.

Esta dissociação das entidades relativamente à vigilância do património cinegético faz com que a protecção deste recurso esteja quase exclusivamente dependente da acção do SEPNA. Sabendo de antemão, as dificuldades do SEPNA<sup>4</sup> do ponto de vista de meios humanos e terrestres, bem com as suas prioridades de trabalho no território, nomeadamente para a floresta e incêndios, parece-nos muito difícil que se consiga ter uma acção eficaz do ponto de vista da redução da incidência actual do furtivismo. Aliás, o sentimento notório por entre as entidades gestoras a este nível é de complacência, assumindo-se a convivência com o furtivismo como um fenómeno normal a considerar ao nível da gestão quotidiana das zonas de caça.

### 3.9 Sementeiras

A atividade agrícola, pelos habitats e produtos específicos que introduz no território, é bastante relevante para a manutenção de algumas espécies cinegéticas sedentárias, como por exemplo, a perdiz e a codorniz, ou mesmo migratórias, como a rola ou o pombo. Estas espécies têm um padrão alimentar que está muito dependente dos produtos desta actividade, nomeadamente os cereais. Assim, com o forte declínio da actividade agrícola na região, nomeadamente ao nível da produção cerealífera, tem-se vindo também a assistir a um significativo declínio da densidade destas espécies.

Neste cenário, os caçadores têm vindo a aplicar medidas concretas ao nível da realização de sementeiras para compensar esta alteração de habitats, no entanto, parece-nos que as mesmas

---

<sup>4</sup> SEPNA - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente, da GNR.

terão um impacto bastante limitado. Efectivamente, pelo que foi possível apurar através de contactos com municípios e inquéritos aplicados às entidades do sector, são várias as zonas de caça que apostam nesta vertente para suprir as necessidades criadas pelo abandono das terras agrícolas. Por exemplo, todas as zonas de caça no concelho de Resende reportaram a realização de sementeiras e pastagens para manter a caça.

No entanto, e por variadas razões, nomeadamente orçamentais, a impressão com que ficamos é que a grande maioria das zonas de caça aposta sobretudo em sementeiras de pequena dimensão e esporádicas, sendo algumas delas vocacionadas para servirem apenas de cevadouros para a exploração específica de algumas espécies, como por exemplo, a rola, o pombo ou o javali. Os dados que conseguimos apurar através das respostas de quatro associações, num grupo de 5, a inquérito realizado ao sector permitem aferir o seguinte em termos de extensão, espécies cultivadas e custos:

- Área média de 1 a 2 hectares;
- Principais espécies objecto de sementeiras:
  - Centeio (4 associações).
  - Trigo (2 associações).
  - Milho (1 associação).
  - Girassol (1 associação).
- Custo médio por zona de caça de 1048 euros.

No global, estes dados não são nada promissores e parecem-nos ser o reflexo de alguma falta de interesse ou de simples reconhecimento de incapacidade das zonas de caça para gerir estas espécies de forma sustentável com recurso a técnicas naturais, mais amigas do ambiente. Efectivamente, a espécie principal de caça menor que mobiliza a grande maioria dos caçadores neste território é o coelho e como tal é natural que espécies secundárias, como a perdiz, codorniz e rola, sejam alvo de menor atenção. Aliás, foram vários os gestores de zonas de caça que defenderam que o coelho bravo da região não se alimenta prioritariamente em terrenos agrícolas e portanto não fazia sentido realizar sementeiras, porque elas teriam sempre resultado muito reduzido relativamente ao respectivo custo. Esta abordagem parece ser bastante comum, já que, por exemplo muitos dos problemas de quebra de densidade de perdiz têm vindo a ser resolvidos, não através da melhoria do seu habitat, mas sim através da forma mais fácil, ou seja, através da realização de repovoamentos e largadas todos os anos.

Estes aspetos são exemplos de certa forma, do reconhecimento da incapacidade para conseguir reverter o impacto da diminuição da área agrícola sobre determinadas espécies cinegéticas, mas também de algum enviesamento ao nível da gestão do património cinegético natural, que poderá pôr em causa a sustentabilidade de algumas espécies, nomeadamente a perdiz e a codorniz.

### 3.10 Repovoamentos e largadas

Apesar de estas duas técnicas terem essencialmente objectivos diferentes do ponto de vista de gestão e exploração cinegética, acabam no fundo por atender a uma necessidade específica básica que é a falta de espécies cinegéticas no território e portanto vão ser tratadas em conjunto.

Com base nos dados oficiais que nos foram facultados pelo ICNF, verifica-se que efectivamente são muito poucas as zonas de caça que não recorrem aos repovoamentos ou largadas no território da CIM. Nos últimos 10 anos, foram registadas oficialmente 105 largadas e 194 repovoamentos, o que dá uma média de 10,5 largadas por ano e de 19,4 repovoamentos. Considerando um número global de zonas de caça no território de 34 (dados do ICNF para 2016), estes valores indiciam que serão muitas poucas as zonas de caça que ficam sem realizar qualquer iniciativa a este nível todos os anos.

A grande maioria dos repovoamentos e largadas é realizada em zonas de caça municipais, cerca de 80%, pois também são elas a que têm maior preponderância sobre o território, quer em número de zonas (68%), quer em termos de área útil cinegética ordenada (89%).

Numa perspectiva concelhia, denota-se uma desigualdade bastante relevante ao nível da distribuição das acções anuais de repovoamento. Amarante destaca-se como sendo claramente um outlier em termos do uso intensivo deste tipo de técnicas, já que cerca de 47% das acções totais reportadas ao nível da CIM são realizadas por zonas de caça localizadas no seu território. A uma distância considerável, encontramos em segundo lugar Cinfães, com cerca de 18%, e em terceiro Resende, com aproximadamente 13% das iniciativas totais de repovoamento e largadas. Os restantes concelhos apresentam valores bastante residuais.

30

As explicações para esta desigualdade podem assentar em vários aspectos. Desde logo, Amarante é o concelho com maior área ordenada (23 890 hectares), seguido a uma distância ainda relativamente considerável (aproximadamente 5000 hectares de diferença) por Cinfães. Adicionalmente, Amarante também concentra o maior número de caçadores registados e activos no território da CIM. Finalmente, e como todos estes números não chegam ainda para justificar uma disparidade tão grande, é natural que exista aqui um factor ligado ao maior dinamismo e tradição das associações locais neste tipo de iniciativas.

Procurando ter um olhar mais qualitativo sobre a realidade das acções de repovoamento e largadas, resolvemos inquirir as associações e clubes de caçadores sobre esta questão e os resultados que obtivemos foram os seguintes:

- A maioria das associações declarou recorrer anualmente a repovoamentos e/ou largadas.
- As principais espécies utilizadas são o coelho-bravo, a perdiz e o faisão (residual).
- Custo médio declarado por repovoamento ou largada anda entre 500 e os 5000 euros.
- As principais firmas fornecedoras de caça reportadas estão sediadas em Penafiel, Tarouca e na Lixa.

No entanto, e apesar de nos terem sido facultados estes dados, considerados como oficiais, também nos foi dito que existem muitos repovoamentos que são realizados com exemplares provenientes de fontes não legais, sobretudo no que diz respeito ao coelho. Com base em facturas que atestam a realização de uma acção de repovoamento com coelho bravo certificado, são várias as zonas de caça que introduzem mais coelhos do que aqueles que foram comprados legalmente, recorrendo a produtores ilegais que se encontram um pouco disseminados pelo território. Normalmente, as razões alegadas para recorrer esta estratégia são a melhor qualidade dos coelhos produzidos, que são locais, e o menor preço.

### **3.11 Doenças e predadores**

O principal problema identificado pelos caçadores e entidades gestoras de zonas de caça ao nível da saúde das espécies cinegéticas tem a ver com a doença do coelho, nas várias vertentes e estirpes que tem vindo a propagar-se a nível nacional. Efectivamente, são vários os relatos que chegaram ao nosso conhecimento de populações saudáveis de coelhos-bravos que no final do Verão desaparecem misteriosamente, devido à acção das doenças infecciosas, propagadas sobretudo pelo aparecimento sazonal de determinado tipo de mosquitos e pelo contacto directo entre indivíduos da mesma espécie.

A este nível, é possível tentar minorar a influência destas doenças ao nível do território da CIM, com algumas medidas específicas da medicação, vacinação e controlo de indivíduos doentes, no entanto não se consegue erradicar esta situação. São várias as zonas de caça que recorrem a estas técnicas, de modo a tentar minorar os efeitos das epidemias que afectam o coelho. Uma solução definitiva para este problema terá que sair de um esforço de pesquisa internacional, já que Portugal não é o único país a ser afectado por este problema.

No que respeita a predadores, os recursos cinegéticos têm uma pressão relativamente idêntica à que se verifica noutras zonas do país, não havendo nada de incomum a registar. A influência das raposas e das aves de rapina faz-se sentir de forma normal sobre as populações de coelhos, perdizes e outras aves, evoluindo as populações destes predadores de acordo com a evolução da densidade das espécies cinegéticas. Também se regista alguma presença do lobo, sobretudo na zona do Marão e em Montemuro, mas o seu impacto é ainda pouco significativo ao nível das espécies de caça maior. Efectivamente, e na sequência de diálogo com as entidades gestoras de zonas de caça, confirmou-se que para muitas a questão do controlo de predadores era considerada como um problema bastante residual comparativamente a outras questões, como por exemplo o furtivismo. O único caso reportado de uma preocupação com predadores, nomeadamente com a raposa, surgiu-nos de Celorico de Basto, onde a zona de caça municipal realiza tradicionalmente uma batida anual a esta espécie no último dia de caça de Fevereiro.

## **4 Impacto económico das atividades cinegéticas**

### **4.1 Produtores de caça**

Apesar de não nos terem sido fornecidos quaisquer dados pelo ICNF a este respeito, mesmo depois de terem sido solicitados, sabemos que existem alguns produtores de caça legais e ilegais, a funcionar na região. Não são produtores de grande envergadura, mas vão conseguindo satisfazer algumas das necessidades das zonas de caça locais.

Adicionalmente, e com base no que nos foi comunicado, é difícil obter neste momento uma lista actualizada de produtores de caça a nível nacional, pois recentemente uma alteração legal retirou o controlo destas entidades da alçada do ICNF e o colocou-as sob a das Direcções Regionais de Agricultura. A criação do REAP (Registo de Exploração Agro-Pecuária) obrigou a esta transferência de competências que não resultou da melhor maneira, sobretudo para os pequenos produtores, pois muitos deles desapareceram das listagens e acabaram por entrar em situação de incumprimento, com as respectivas consequências em termos de custos e perda de mercado.

De acordo com os resultados do inquérito às entidades gestoras de caça, foi possível verificar que as zonas de caça locais recorrem a fornecedores de caça, para repovoamentos e largadas, dentro e fora do território da CIM. Das três associações que identificaram fornecedores a este nível, uma identificou um fornecedor em Penafiel, outra em Tarouca e a última na Lixa (a Perdiz Lixa).

32

Adicionalmente, também nos foi comunicado que os produtores de caça ilegais são quase exclusivamente locais e que várias sessões de repovoamento são entremeadas com exemplares provenientes destes fornecedores. A grande maioria destes produtores correspondem a pequenos agricultores que, como forma de aumentarem o seu rendimento, também se dedicam à produção de coelhos bravos para alimentação própria e para abastecer necessidades das zonas de caça.

### **4.2 Turismo**

O aproveitamento turístico desta actividade dentro do território da CIM é praticamente inexistente. Com a proximidade de alguns dos maiores centros urbanos da zona norte, onde existem concentrações relativamente elevadas de caçadores e alguns com elevado poder de compra, não se compreende como é que não há qualquer tentativa de captar este mercado potencial. De facto, uma grande parte desta potencial clientela passa regularmente nas estradas da CIM á procura de destinos mais atractivos. Isto para não falar do segmento de turismo do Douro, composto em grande medida por população estrangeira, com elevada percentagem de pessoas adultas e séniores que possuem níveis de rendimentos acima da média e, nalguns casos, gente aficionada dos desportos de natureza nos seus países de origem, nomeadamente da caça e pesca.



O principal problema que justifica este estado de coisas é a falta de oferta no território motivada sobretudo por problemas ao nível da gestão e ordenamento actual da caça. A inexistência de qualquer zona de caça turística no território da CIM é, desde logo, o primeiro sinal de alarme relativamente à falta de uma mentalidade orientada para a valorização turística dos recursos cinegéticos. Neste momento, existem exclusivamente zonas de caça municipais e zonas de caça associativas no território, sendo a grande maioria delas geridas por associações e clubes de caçadores locais, com níveis de habilitações e de formação relativamente reduzidos. A gestão realizada nestas associações de caça é essencialmente condicionada pelos interesses dos caçadores locais e é baseada em orçamentos relativamente reduzidos que se potenciam abordagens de curto prazo, em que se privilegia a exploração imediata de recursos de forma continuada. Isto traduz-se num excesso de dias de caça para a grande maioria das zonas de caça, de modo a satisfazer interesses locais, levando a uma sobre-exploração de recursos que têm assim que ser objecto de repovoamentos anuais contínuos. Com estas condições, não existe quantidade, nem qualidade de oferta cinegética disponível para permitir a valorização turística destes recursos.

Simultaneamente, não há qualquer tentativa de proteger e valorizar as espécies cinegéticas de maior valor comercial e turístico, de modo a atrair caçadores vindos de outras paragens, nacionais ou estrangeiros. Efectivamente, a falta de vigilância, o furtivismo e a falta de um ordenamento racional efectivo no terreno são alguns dos principais problemas que afectam as populações de caça maior dentro da CIM: javalis e corços, que são as espécies de maior valor que se encontram actualmente no território. Sem zonas de protecção para a caça maior, nem uma vigilância e gestão eficaz é impossível tentar vender pacotes turísticos de alto valor acrescentado associados a estas espécies. Poucos ou quase nenhuns serão os caçadores que estão dispostos a pagar por sessões de caça em zonas onde não existem densidades razoáveis de espécies cinegéticas, e onde é patente a existência de furtivismo, e ainda onde a exploração da caça é realizada sem qualquer racionalidade.

A culminar tudo isto, é de registar também a falta de dinamismo das entidades municipais e intermunicipais. Mesmo nos casos em que os municípios estão à frente das zonas de caça é notório que a preocupação é essencialmente de serviço público para satisfazer essencialmente as populações locais. Olhando aos planos de exploração para as zonas de caça municipais geridas por municípios, nomeadamente Felgueiras e Celorico de Basto, observa-se a existência de um número exagerado de dias de caça, quando comparados com as densidades das espécies que são alvo de exploração. Posteriormente, e ao nível da publicitação externa e dinamização da oferta turística de caça, verifica-se que as entidades presentes no território não dispensam qualquer atenção a estes recursos endógenos e não têm desenvolvido qualquer tipo de actividade de promoção a este nível. Isto aplica-se tanto a municípios, como a grupos de acção local, como a entidades privadas, incluindo agentes turísticos, hotelaria, restauração, etc.

### **4.3 Gastronomia**

Do levantamento que fizemos junto dos municípios da CIM, verifica-se que não há registo de nenhum aproveitamento gastronómico da carne de caça, pelo menos de forma estruturada. Isto

não significa que não possa haver aproveitamentos muito pontuais realizados por restaurantes muito específicos. Atendendo ao facto de estarmos numa região ainda com um número significativo de caçadores, isto parece-nos uma situação no mínimo estranha. Algumas razões para este facto podem ter directamente a ver com a falta de tradição nesta área no território ou com o facto de os caçadores utilizarem a carne de caça exclusivamente para consumo próprio, não abastecendo os circuitos comerciais locais e os restaurantes. Um aspecto adicional pode ter também a ver com o facto de a caça na região ser dominada por espécies de caça menor, que não são actualmente as mais valorizadas pelo consumidor que frequenta a restauração, e que procura sobretudo espécies de caça maior, nomeadamente o javali.

#### 4.4 Cultura

Não se encontrou qualquer evento ligado à caça dentro do território da CIM que procure ter uma dimensão mais alargada em termos de dinamização cultural. Sabemos que se realizam algumas montarias ao javali nos concelhos onde a ocorrência desta espécie cinegética é mais frequente, mas existem uma série de factores a condicionar a sua relevância do ponto de vista de abrangência e dinamização turística:

- Reduzida densidade de javalis e número de abates
- Orçamentos reduzidos
- Problemas ao nível da organização da montaria: colocação de portas, manutenção das manchas, vigilância, etc.
- Falta de publicitação externa
- Falta de visão estratégica municipal ao nível da integração das montarias em eventos com cariz mais alargado
- Falta de apoio financeiro municipal

Neste cenário, a grande maioria das situações reportadas ao nível da CIM referem-se sobretudo à realização de pequenos eventos ao nível do clube ou associação de caçadores, onde predominam preços médios de cerca de 30 euros e onde não existe uma grande preocupação em atrair públicos de outros territórios. São poucos os exemplos de montarias que chegam ou ultrapassam as 100 armas e que têm repercussão significativa fora do território da CIM.

Efetivamente, não se registou a existência de nenhuma dinâmica minimamente comparável à organização de eventos que acontece por exemplo em localidades como Bragança (Norçaça, Norpesca e Norcastanha) ou Macedo de Cavaleiros (Feira da Caça e Turismo). Apoiando-se em densidades bastante razoáveis de caça maior, nomeadamente javali, estes municípios de Trás-os-Montes lançam todos os anos eventos de grande escala que já vão na 15ª e 21ª edição, respectivamente. Assim, e no caso específico de Macedo de Cavaleiros serão realizadas quatro montarias durante a Feira da Caça e Turismo de Janeiro de 2017, enquanto que em Bragança, essa dinâmica é muito menor, realizando-se apenas uma. Olhando aos respectivos programas dos eventos para final de 2016 (Norçaça) e início de 2017 (Feira da Caça e Turismo), verificamos que a

PARTE I

Feira da Caça e Turismo é muito mais especializada e está mais focalizada no exercício cinegético, enquanto que a Norça, Norpesca e Norcastanha, como o próprio nome indica, é muito mais transversal e abrangente do ponto de vista de outras dinâmicas.

Relativamente aos programas de 2016, cada um destes eventos durou 4 dias e tentou conjugar sinergias entre prática cinegética, gastronomia, moda, animação cultural, concursos de pintura, apresentação de livros, colóquios, workshops, experiências em ambiente natural, competição (Santo Huberto, provas de cães, cetraria, etc.), demonstrações e convívio. Em termos de atracção de pessoas, e apesar da Feira da Caça e Turismo ter uma maior dimensão, estamos, no global, a falar de eventos que atraem mais de 100 expositores e mais de 20000 participantes, gerando um volume de negócio substancial para o comércio, restauração e hotelaria das regiões. Um facto claramente reconhecido pelas respectivas entidades municipais que ano após ano têm estado na linha da frente da dinamização deste tipo de eventos.

## 5 Caracterização institucional do setor

### 5.1 Municípios

Todos os municípios foram alvo de uma atenção especial, sendo realizada uma reunião conjunta inicial a que se seguiram reuniões específicas com os departamentos ou pessoas de cada câmara que à partida teriam maior apetência e conhecimento sobre a área dos recursos cinegéticos. Desde logo, aquilo que nos pareceu mais evidente é que existe uma enorme variedade de abordagens municipais à gestão deste tipo de recursos, que vão desde um total ordenamento e gestão de todo o território do concelho pela câmara até a uma situação em que o município está completamente alheado e desconhece o que se passa efetivamente no terreno. Dentro deste espectro de atuação, a maioria parte dos municípios alinha pela vertente da falta de conhecimento ou interesse, já que uma grande parte das entrevistas com responsáveis dos departamentos florestais ou similares acabaram por ser muito produtivas, com os nossos interlocutores a não disporem de informação detalhada e objetiva sobre o papel das zonas de caça no território. Nalguns casos, esse défice foi colmatado pela possibilidade de chegar à conversa com funcionários camarários que simultaneamente desempenham funções como gestores ou associados de zonas de caça locais. Efetivamente, aquilo que verificamos foi a que a agenda dos municípios em termos de ordenamento florestal é dominada pela problemática dos incêndios, sendo os serviços associados, como por exemplo a caça e a pesca tratados de forma residual. Mesmo assim, verificamos que a caça ocupa um lugar superior á pesca, o que pode ser um reflexo direto do grande empenho dos caçadores ao nível do ordenamento do território, algo que não ocorre na área da pesca, onde esse empenho é quase nulo.

No global, e olhando à situação da CIM como um todo, verifica-se que os municípios, na sua grande maioria, partilham a abordagem das entidades centrais, como por exemplo o ICNF, e não procuram

conhecer, acompanhar e dinamizar o sector da caça. Uma situação que consideramos de grave negligência, já que os municípios têm prevista na lei a possibilidade de terem uma palavra efetiva a dizer ao nível da gestão da caça dentro do seu território através do conselho cinegético municipal. Esta entidade, considerada como um dos pilares básicos para gerar uma maior sustentabilidade do ordenamento cinegético a nível territorial, tem vindo a ser completamente abandonada pelos municípios, sendo vários os casos encontrados em que o conselho deixou de existir ou deixou mesmo de reunir numa base anual. Na maioria dos casos, a função das câmaras tem-se reduzido unicamente a uma base puramente administrativa em que se realizam pareceres automatizados para a renovação das zonas de caça, sem qualquer escrutínio das atividades dessas mesmas zonas. Isto nem sempre foi assim e existem relatos que apontam para um dinamismo elevado dos conselhos cinegéticos municipais na década de 1990, no entanto, esse dinamismo tem-se vindo a desvanecer e uma grande parte desse desvanecimento tem sido devido à agenda estratégica municipal que, seguindo a tendência nacional, tem vindo a relegar sucessivamente a caça para segundo plano.

Até mesmo nos municípios onde a caça é dominada pela exploração direta da autarquia, como Celorico de Basto e Felgueiras, denota-se uma perda de relevância deste sector, com a redução de pessoal, redução de meios e redução de investimento nesta atividade. A este nível, o exemplo mais paradigmático é o de Felgueiras, em que a zona de caça municipal possuía até 2010 uma equipa de gestão com três pessoas (um engenheiro zoólogo e dois vigilantes) a tempo inteiro que tinham uma presença diária constante no terreno e desde essa data entrou num processo de retrocesso, que culmina hoje numa situação em que a gestão passou a não ter qualquer pessoa no terreno e tornou-se puramente administrativa, limitando-se à emissão de licenças aos caçadores e ao preenchimento dos requisitos legais para manter a zona de caça em funcionamento. Os motivos apontados para esta transição foram essencialmente de agenda política.

De qualquer forma, nem tudo têm sido más notícias, e ainda são vários os municípios que vão apoiando as associações e clubes de caçadores locais. A maioria dos incentivos é genérico, ligado ao carácter associativo destas coletividades, destacando-se o apoio financeiro e a cedência de instalações para servirem de sede ao clube ou associações de caçadores. Também existem alguns apoios específicos, que estão dependentes de um plano de atividades e nalguns casos, estão mesmo dependentes da capacidade destas associações para colaborar em causas mais abrangentes como a valorização turística ou o combate aos incêndios na região. Assim, encontramos dois exemplos paradigmáticos de atuações que ocorreram no passado a este nível:

- Um a nível do município de Penafiel em que o Clube de Caçadores de Canelas dispunha de um apoio específico, porque o vigilante deste clube funcionava como primeira prevenção no combate a incêndios, possuindo um kit de específico para isso na viatura do clube.
- Um a nível do município de Baião com o empréstimo de instalações à zona de caça associativa da Aboboreira para a realização das montarias em Fevereiro de cada ano.

## 5.2 ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Este instituto público criado por decreto de lei de 2012 é responsável pela gestão nacional das florestas e águas interiores e respetivos produtos e serviços associados, dentro dos quais se inclui os recursos cinegéticos e a caça, como forma de exploração desses recursos. É um instituto que faz parte do Ministério da Agricultura, dispondo de património próprio e tendo autonomia administrativa e financeira. A sua formação resultou da fusão entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

Em termos de caça propriamente dita, o ICNF tem um papel determinante no controlo do funcionamento das zonas de caça, sendo também a entidade responsável pela emissão das licenças de caça e pela definição das principais disposições genéricas em termos de calendário venatório, métodos de caça e formas de controlar predadores. Atuando num quadro legal muito mais recente do que aquele que existe na área da pesca e perante níveis de ordenamento de quase 100% a nível nacional, o ICNF tem tido uma postura essencialmente reativa e sobretudo administrativa ao nível da gestão estratégica dos recursos cinegéticos, sendo notória a sua relevância em termos da criação, renovação e monitorização das zonas de caça. Este papel é sobretudo mais visível no caso das zonas de caça municipais já que o ICNF divulga regularmente informação atualizada sobre o funcionamento destas zonas de caça, de modo a promover a sua vertente de serviço público.

Quanto à ação efetiva sobre a gestão de recursos cinegéticos no território, a mesma está concentrada nas mãos das entidades gestoras de zonas de caça, sendo o controlo do ICNF praticamente inexistente. Tão pouco, o conselho cinegético municipal consegue fazer este controlo, já que tem deixado de reunir, e normalmente as zonas de caça funcionam de forma completamente autónoma durante vários anos sem que saiba qual o impacto efetivo que estão a ter sobre a caça e sobre o território.

Neste momento, e devido à fusão da AFN com o ICNB, a atividade cinegética tem vindo a ser relegada para segundo plano, por falta de meios, mas também pela existência de uma agenda anti-caça de forte cariz ambiental que se tem vindo a impor de forma gradual. Assim, é cada vez mais notória a ineficácia do ICNF em matéria de apoio efetivo à caça e aos caçadores: investigação às doenças, apoio ao repovoamento, informação, formação, apoio a investimentos, etc. Apesar de numa base anual, o ICNF receber cerca de 10 milhões de euros (informação da Fençaça), entre licenças de caça e taxas das reservas associativas e turísticas, não se vislumbra qualquer retorno efetivo ao nível da valorização dos recursos cinegéticos, havendo mesmo algum desinteresse em realizar trabalho nesta área. Aliás, reflexo desta situação é o baixo nível de qualidade e profundidade dos dados que nos foram fornecidos para este estudo.

## 5.3 Grupos de Ação Local

No território da CIM existem vários grupos de ação local que têm um papel fundamental ao nível do desenvolvimento regional e local, procurando defender e valorizar os recursos endógenos com

vista à melhoria das condições económicas, sociais e culturais das populações. Estes grupos abrangem vários municípios e alguns estendem-se para fora da CIM, sendo paradigmáticos os casos da PROBASTO e ADRIMAG que apenas incluem um município dentro do território da CIM. Estas entidades dispõem de envelopes financeiros específicos que lhes permitem ter a capacidade de ter uma ação bastante relevante ao nível da dinamização das áreas geográficas nas quais se enquadram.

Ao nível da gestão, preservação e valorização dos recursos cinegéticos e das atividades relacionadas, como por exemplo a caça, verifica-se que a ação dos grupos locais tem sido praticamente nula. Efetivamente, as únicas referências encontradas estão muito focalizadas em conhecer o que existe no território, sem haver uma preocupação efetiva em agir no sentido de promover ou valorizar. Assim, os estudos e documentos produzidos e a que tivemos acesso, detetou-se alguma preocupação em identificar o que existe no território, sobretudo em termos de espécies e zonas de caça, mas apenas em zona de montanha e apenas como mais-valia acessória para oferta de outro tipo de produtos turísticos, como por exemplo percursos pedestres ou as paisagens de montanha. Assim, regista-se uma abordagem a este nível no estudo sobre património natural contratado pela Associação de Municípios do Baixo Tâmega que incidiu sobre as Serras da Aboboreira, Castelo e Marão (Honrado e Alonso, 2010), com o objetivo principal de definir percursos pedestres de alto valor acrescentado. Estes autores ainda chegam a propor algumas medidas para a melhoria da gestão das espécies cinegéticas e zonas de caça, no entanto, realizam uma análise muito genérica e superficial. Adicionalmente, também se regista alguma preocupação acessória a este nível num documento da Dolmen, que procura analisar formas de aproveitamento e valorização das economias de montanha na Serra da Aboboreira (Dolmen, 2015), mas onde o foco parece estar claramente na preservação do património arquitetónico das aldeias de montanha.

Neste âmbito, e apesar de uma das principais vertentes de alguns grupos de ação local da CIM ser a valorização dos recursos endógenos, verifica-se que, na prática, os recursos cinegéticos estão praticamente esquecidos. De facto, não encontramos qualquer evidência de investimentos com uma preocupação específica de preservar e ordenar estes recursos ou de promoção da sua valorização turística.

## **5.4 Fençaça**

As principais organizações técnicas de suporte ao funcionamento do sector em Portugal são a Federação Portuguesa de Caça (Fençaça), a Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cinegética e Biodiversidade (ANPC) e a Confederação Nacional de Caçadores Portugueses (CNCP). Estas três entidades são as mais relevantes do ponto de vista do nosso panorama cinegético e vão auxiliando as zonas de caça na resolução das suas principais questões técnicas, administrativas e jurídicas. Enquanto tradicionalmente a ANPC serve sobretudo as zonas de caça turísticas, as restantes estão mais vocacionadas para as zonas de caça associativas e municipais.

Relativamente ao território da CIM Tâmega e Sousa, e segundo informação que nos foi prestada e que não conseguimos confirmar de forma objectiva, a Fençaça tem uma implantação muito mais notória do que as restantes, e tem vindo a desenvolver um trabalho bastante dinâmico ao nível da captação de novos clientes e de fidelização dos existentes. Com apenas um técnico (Eng<sup>o</sup> Jorge Maia) polivalente e possuidor de larga experiência na gestão cinegética na zona norte, a Fençaça tem vindo a desenvolver as seguintes valências no território desde 2001:

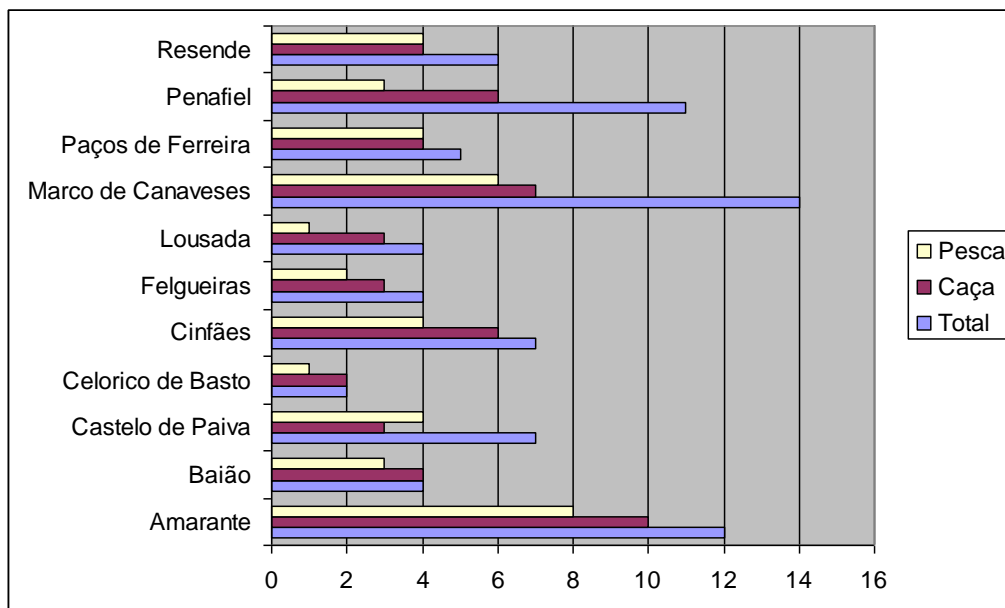
- Apoio à preparação de candidaturas para criação ou manutenção de zonas de caça
- Apoio à preparação dos planos anuais de exploração das zonas de caça
- Apoio técnico no terreno, em termos de gestão cinegética propriamente dita
- Apoio administrativo, sobretudo ao nível da prestação de informação
- Apoio jurídico

## 5.5 Associações

De acordo com dados fornecidos pela CIM e tendo em conta alguma margem de erro que possa existir ao nível da recolha e compilação dos mesmos, existem neste momento 76 associações cujo âmbito de actuação, directa ou indirecta, inclui a caça e pesca. Em termos da designação das associações, verifica-se que a caça tem uma presença mais forte do que a pesca, com 68% das entidades a terem alguma referência à caça, enquanto apenas 53% apresentam alguma referência à pesca. Isto não nos parece ser uma diferença significativa até porque são muitas as associações (29 – aproximadamente 38%) que simultaneamente cobrem este dois tipos de actividade, demonstrando que há uma forte convivência e cumplicidade entre caçadores e pescadores.

Ao nível da distribuição concelhia do associativismo e observando o gráfico abaixo, verifica-se que há uma distribuição relativamente desigual. Os concelhos com maiores valores absolutos de associações com ligação a este dois sectores são: Marco de Canaveses (14), Amarante (12) e Penafiel (11), enquanto que aqueles com menor dinâmica são Celorico de Basto (2), Baião, Lousada e Felgueiras (todos com 4).

Figura 4 - Distribuição das associações por município com base na sua designação



Numa perspetiva relativa, e observando o Figura 5 onde se apresentam os valores para o indicador de área concelhia por associação, verifica-se que a disparidade é mais evidente, especialmente quando olhamos aos valores elevados de Celorico de Basto. Este é um município com uma área de cerca de 180 km<sup>2</sup>, mas onde a implantação deste tipo de associações parece ser residual. Já os valores baixos do caso de Paços de Ferreira são explicados pela conjugação de uma área reduzida com uma forte densidade populacional.

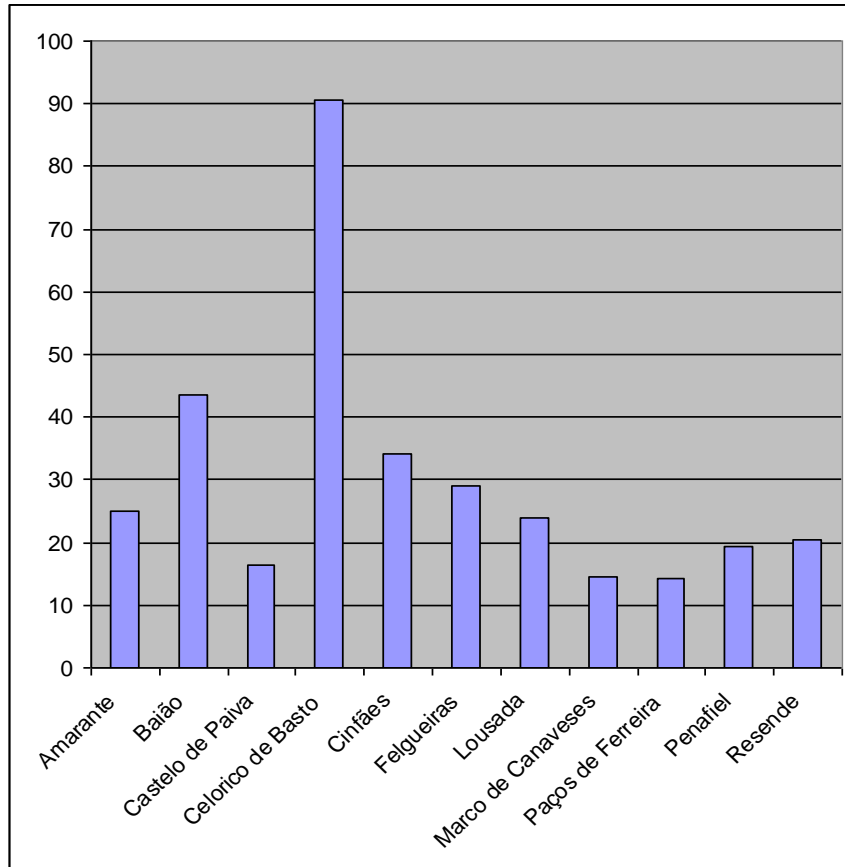
São aparentes as divergências no que se refere ao aproveitamento dos recursos cinegéticos no território da CIM, tal como decorreu da consulta efetuada às associações do sector na região. Em principio, estas divergências podem ser sintomas da co-existência de diferentes modelos de gestão da caça dentro da CIM. No que diz respeito à caça, e atendendo a que não encontramos nenhuma evidência da existência de zonas de caça turística, parece-nos que os principais modelos se encontram dentro da área associativa ou pública. Assim, menores presenças territoriais de associativismo abrem as portas para a gestão pública através de zonas de caça municipal e vice-versa nas zonas com maior presença do associativismo. Esta situação não é necessariamente prejudicial para o sector, já que abre as portas a diferentes abordagens e estratégias, mas pode ser contraproducente na coordenação de esforços e na implementação de políticas transversais para este setores.

Contrariamente ao relatado para o caso da pesca, as associações deste sector têm uma forte intervenção sobre o território em termos de ordenamento, estando quase todas as áreas úteis para a actividade cinegética da CIM sujeitas a algum tipo de regime especial. Isto é reflexo de algum dinamismo e capacidade de organização por parte destas associações nos processos de criação e manutenção de zonas de caça, no entanto, rapidamente se verifica que poucas são as que vão mais além, procurando de forma pró-ativa disseminar informação, valorizar a sua oferta ou aceder a apoios públicos ou comunitários. Adicionalmente, também não se encontrou evidência significativa



de parcerias (o que não quer dizer que não possam existir) entre as diferentes associações no sentido de promoverem eventos ligados à caça com forte capacidade mobilizadora (ex.: montarias, etc.)

Figura 5 - Área concelhia (km<sup>2</sup>) por associação



Fonte: Inquérito às Associações de Caçadores e Pescadores sediadas no Tâmega e Sousa

De acordo com informação qualitativa obtida junto de algumas organizações da CIM, verifica-se que o funcionamento da grande maioria das associações não é eficaz do ponto de vista da gestão sustentável dos recursos cinegéticos. Na maioria dos casos, verifica-se que a equipa gestora das associações é constituída por pessoas com baixo nível de habilitações, baixo nível de formação específica e uma dedicação limitada. Mesmo contando com a parceria técnica da Fencaça, o que se verifica é que o modelo de gestão efectivo tem um horizonte de muito curto prazo e se centra sobretudo na defesa dos interesses mais básicos dos caçadores locais, ou seja, mais dias de caça ainda que a grande maioria seja de baixa qualidade. A isto também ajuda o facto de os órgãos sociais deste tipo de associações estarem sujeito a um escrutínio bastante apertado por parte dos seus pares, sendo os períodos eleitorais relativamente curtos. Isto condiciona ainda mais a estabilidade governativa e concentra a acção dos gestores na gestão das questões de curto prazo e na salvaguarda dos interesses da maioria.

Para complementarmos a informação existente sobre as associações e clubes de caçadores, aplicou-se um inquérito ao sector que foi objecto de resposta por 5 associações, sediadas em cinco

PARTE I

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO  
DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

dos 11 concelhos do Tâmega e Sousa<sup>5</sup>. Os principais resultados são a seguir apresentados assumindo apenas o seu valor ao nível de hipóteses exploratórias, dada a baixa representatividade e o muito provável enviesamento dos resultados relativamente ao que corresponderiam ao universo objeto do estudo.

Desde logo verifica-se que as associações tendem a ter simultaneamente um número elevado de sócios e um orçamento reduzido. Com quotas anuais médias na ordem dos 60 euros anuais, os orçamentos por caçador são bastante limitados e obrigam muitas associações a aceitarem números elevados de sócios para conseguirem gerir minimamente algumas zonas de caça. Isto, obviamente, gera constrangimentos relevantes ao nível da gestão, aumentando a pressão cinegética e não permitindo que se operacionalizem aspectos básicos como por exemplo as sementeiras ou a vigilância.

Conscientes desta realidade, são vários os municípios/juntas de freguesia que apoiam estas associações, alguns com dotações financeiras, genéricas ou específicas, e outros com a cedência de instalações. De facto, das 5 associações que nos responderam, 4 declaram ter sede própria e só uma é que não. Esta última verificou-se ser de criação relativamente recente (2005), tendo todas as restantes sido criadas na década de 90 ou antes.

Quanto à gestão de zonas de caça, verifica-se que algumas associações se desdobram por mais que uma zona de caça, muitas vezes sem ter o respectivo orçamento ou competência técnica para isso. Assim, o conjunto de 5 associações analisadas gere 6 zonas de caça, 3 municipais e 3 associativas, existindo uma delas a gerir duas zonas de caça (uma municipal e outra associativa).

## 5.6 Quadro legislativo

O actual quadro legislativo que regulamenta a gestão e exploração cinegética é relativamente complexo e tem vindo a ser objecto de uma actualização contínua ao longo do tempo. Partindo da lei de bases gerais da caça nº 173/99 de 21 de Setembro, existem um conjunto de publicações e republicações adicionais que repercutem claramente a transversalidade desta actividade a vários ministérios, mas que também gera alguma dificuldade na tradução prática desta mesma lei. Em termos mais concretos, é patente que a actividade venatória tem implicações legais a vários níveis e por causa disso recebe legislação de várias fontes. Desde propriedade de cães de caça, passando pelo porte e utilização de armas de fogo até à própria actividade cinegética, são vários os decretos de lei e portarias que vindo de diferentes ministérios e secretarias de estado têm um impacto directo sobre este sector. No entanto, a diversidade de portarias e decretos de lei é de tal ordem, que muitas vezes o impacto da regulamentação acaba por ser mais ao nível da criação de burocracia ou de obstáculos artificiais à actividade e gestão venatória do que propriamente ao nível da melhoria das condições dessa actividade ou gestão. São várias as entidades gestoras de caça e

---

<sup>5</sup> Amarante, Baião, Celorico de Basto, Felgueiras, Marco de Canaveses e Penafiel.

organizações do sector, como por exemplo a Fençaça, que reclamam a necessidade de se tentar melhorar a actual legislação com disposições mais claras e processos mais simplificados.

De qualquer forma, e ao contrário do que se passa na gestão de recursos piscícolas, tem pelo menos havido uma preocupação em modernizar a regulamentação aplicada a este sector, no entanto, os seus efeitos práticos têm tido sobretudo em consideração outros interesses, que não propriamente os dos caçadores. Questões de segurança na utilização de armas, preocupações ambientais e mesmo a defesa dos animais têm vindo a acentuar a sua pressão sobre esta actividade no sentido de a restringir ainda mais. Efectivamente, a isto também não serão alheias as tendências internacionais e sobretudo europeias, que têm vindo a criar pressão e oportunidade para a entrada desses lobbies. Em termos práticos, os efeitos desta situação fazem-se sentir ao nível do aumento da burocracia e do custo financeiro dos procedimentos que se traduzem directamente na criação de mais obstáculos para quem quer entrar ou se quer manter nesta actividade.

## **6 Apoios financeiros**

### **6.1 Municípios**

Quase todos os municípios da CIM atribuem um subsídio anual a todas as associações, independentemente do seu âmbito. Nalguns casos, o subsídio está dependente da satisfação de um plano de actividades e do cumprimento de alguns critérios considerados como prioridades municipais, enquanto que noutros casos, os subsídios são entregues independentemente da acção da colectividade. Dentro desta última perspectiva, as associações que se dedicam à caça, quer de forma exclusiva ou em parceria com outras actividades, também recebem este apoio, só pelo simples facto de serem colectividades. Isto não é necessariamente benéfico, pois não implica qualquer acção específica sobre o território ou sobre os recursos cinegéticos que possa levar à valorização turística desses recursos ou a sua sustentabilidade ambiental.

Assim, o que se verifica é que há uma grande diversidade em termos estratégias e montantes a funcionarem em simultâneo dentro da CIM. Existem dois ou três casos onde há uma preocupação específica de desenvolver este sector, através de apoios direccionados para montarias ou via cedência de espaços para instalação das sedes de clubes ou associações, mas a grande maioria atribui apoios com base em critérios genéricos de associativismo municipal. Isto obviamente é contraproducente em termos de ordenamento e gestão do território e leva muitas vezes a que nos deparemos com contrastes bastante grandes ao nível da qualidade e da gestão das zonas de caça no território.

## 6.2 PROVERE

Para o caso específico de regiões com baixa densidade populacional em que os recursos endógenos são uma mais valia importante, existe o programa PROVERE. Este programa visa financiar acções que permitem transformar recursos endógenos em bens e serviços transacionáveis, e está a ser dinamizado na região através dos grupos de acção local. Nem todos os programas têm aplicabilidade ao nível do sector da caça e pela descrição apresentada abaixo, parece-nos que a proposta da ADRIMAG é a que maior potencial oferece para iniciativas a este nível. Neste momento, as acções e territórios abrangidos no âmbito da CIM são:

- Montemuro, Arada e Gralheira, sendo líder do consórcio a ADRIMAG. Esta iniciativa focalizado-se sobretudo nos sítios Rede Natura (Serra de Montemuro e Rio Paiva) que, neste âmbito concreto, incluem os concelhos de Cinfães e Castelo de Paiva (localizados na CIM). Tem como principal vertente o turismo de natureza e portanto pode ter enorme potencial para desenvolver estratégias e pacotes turísticos que tenham por base os recursos cinegéticos das zonas acima referidas.
- Paisagens milenares no Douro Verde, sendo líder do consórcio a DOLMEN. Esta iniciativa focaliza-se sobretudo na valorização da paisagem cultural como fonte de turismo, incluindo também o município de Celorico de Basto.

Em termos efetivos, o que se verifica é que a falta de ligação entre os grupos de acção local e as entidades gestoras de zonas de caça é notória, e como tal, não existe nenhum projecto apoiado neste âmbito que inclua a caça como uma vertente a trabalhar. De facto, e após auscultação dos principais grupos de acção local sobre esta matéria, verificou-se que nenhum deles tinha trabalho, conhecimento específico e planos para dinamizar esta área.

## 6.3 EMER-N

Num cenário em que a componente turística associada ao aproveitamento dos recursos cinegéticos é praticamente inexistente, existe claramente potencial para a criação de novos modelos de negócio associados a esta realidade em zonas de menor densidade populacional. Como forma de apoiar esta dinâmica, o programa EMER-N (Empreendedorismo em Meio Rural na Região Norte) que tem como objectivo a criação de empresas e empregos (sobretudo na vertente micro) em meio rural pode ser uma ferramenta relevante, pois oferece um conjunto de apoios aos novos empreendedores que passam por consultoria específica, facilitação no acesso a redes de conhecimento, apoio no acesso a financiamentos, acções de promoção e comunicação, etc. Os principais beneficiários deste programa são os grupos de acção local e a CIM funciona como parceira.

## 6.4 PDR 2020

Reconhecendo a importância deste sector no desenvolvimento rural, combate à desertificação, valorização do oferta turística em espaço rural e na protecção do ambiente, o Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020) delineou um quadro específico de apoio para as actividades cinegéticas e gestão de recursos aquícolas em águas interiores. Dentro deste quadro, e no que diz respeito às actividades cinegéticas é dada prioridade à selecção de candidaturas que cumpram os seguintes critérios:

- a) Candidaturas respeitantes a investimentos que se situem no SNAC;
- b) Candidaturas respeitantes a intervenções de escala territorial relevante;
- c) Candidaturas que incluam estratégias de diversificação de oferta de serviços relacionados com a atividade da caça;
- d) Candidaturas respeitantes a investimentos que se situem em territórios de baixa densidade.

Em termos do primeiro critério, a CIM contém três sítios de importância comunitária que são classificados como Rede Natura 2000. Os sítios e respectivas áreas municipais incluídas são:

- Sítio Alvão/Marão:
  - Amarante (8217 hectares)
  - Baião (1477 hectares)
- Sítio Serra de Montemuro:
  - Cinfães (13717 hectares)
  - Resende (6593 hectares)
- Sítio Rio Paiva:
  - Castelo de Paiva (3412 hectares)
  - Cinfães (626 hectares)

45

Assim, todas as entidades ligadas à gestão de recursos aquícolas dentro deste sítio e localizadas em nas áreas específicas dos municípios acima assinalados podem beneficiar de preferência no acesso a este tipo de apoios.

O primeiro concurso de apoio à gestão cinegética com este novo enquadramento decorreu entre 18 de Julho e 31 de Outubro de 2016 com um envelope financeiro de 2 milhões de euros. Uma iniciativa que peca por tardia, já que este primeiro concurso do PDR2020 é aberto quando o PDR já ia no seu terceiro ano de aplicação. Este hiato temporal demonstra só por si o desinteresse manifestado pelas entidades públicas relativamente à necessidade de desenvolvimento dos recursos cinegéticos e da caça.

Por aquilo que nos foi dado a conhecer através de contacto directo com as entidades do sector, temos a impressão de que terão sido muito poucas as entidades gestoras de caça da CIM, se é que alguma o fez, a concorrer as estes apoios. Daquilo que nos foi comunicado directamente, a

esmagadora maioria das entidades gestoras de caça do território da CIM desconhecia completamente a existência deste mecanismo de apoio financeiro e portanto não podia ter sequer apresentado uma proposta. Mesmo que tivessem tido conhecimento atempado, acreditamos que não teria sido fácil apresentar propostas, porque as candidaturas exigem pareceres, conhecimentos técnicos, dedicação e capacidade de argumentação que estão fora de alcance do nível de habilitações e formação da grande maioria dos dirigentes das zonas de caça.

O teor concreto do apoio à atividade cinegética no âmbito do PDR2020 é regulamentado pela portaria nº 188 de 13 de Julho de 2016, cujos principais elementos reproduzimos abaixo:

- Artigo 2º - objetivos:
  - a) Promover a biodiversidade, resiliência, valor ambiental e social dos espaços florestais, através da melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores;
  - b) Desenvolver a oferta de bens e serviços recreativos e turísticos em espaço rural, ligados à caça e à pesca;
  - c) Contribuir para a recuperação e conservação das espécies cinegéticas, aquícolas das águas interiores e os seus *habitats*.
  
- Beneficiários – artigo 5º:

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente capítulo, a título individual ou em parceria, as pessoas singulares ou coletivas, titulares ou gestoras de zonas de caça turística, associativa, municipal ou nacional, ou que as representem, bem como as organizações do sector da caça
  
- Critérios de elegibilidade – artigo 6
  - 1 — Os candidatos aos apoios previstos na presente portaria, sem prejuízo dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 13.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação conferida pelo Decreto -Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, devem reunir as seguintes condições, à data da apresentação da candidatura:
    - a) Encontrarem -se legalmente constituídos;
    - b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza do investimento;
    - c) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
    - d) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou terem constituído garantia a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);
    - e) Não terem sido condenados em processo -crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
    - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor.
    - g) Apresentarem um contrato de parceria, quando aplicável.

h) Apresentarem um contrato de mandato, quando aplicável.

- Forma e nível de apoios – artigo 11º
  - 1 — Os apoios previstos no presente capítulo revestem a forma de subvenção não reembolsável.
  - 2 — Os níveis dos apoios previstos no presente capítulo são os estabelecidos no anexo II à presente portaria, da qual faz parte integrante.
  - 3 — O apoio a conceder no âmbito do presente capítulo está limitado a uma candidatura por zona de caça, individualmente considerada ou inserida numa parceria, durante o período de programação.
  - 4 — Os apoios a conceder no âmbito do presente capítulo são cumuláveis com outros auxílios de minimis enquadrados no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, sendo que o respetivo montante acumulado, durante o período de três exercícios financeiros consecutivos, não pode exceder 200.000 euros, por beneficiário.
- Despesas elegíveis e não elegíveis – Anexo III
  - I — Custos relacionados com a melhoria e recuperação de *habitats***
    - 1 — Abertura de clareiras, desmatações;
    - 2 — Instalação de campos de alimentação, incluindo custos com aquisição de plantas, materiais, adubos e sementes;
    - 3 — Criação de zonas de refúgio, tais como bosquetes, sebes, galerias ripícolas e ilhas artificiais;
    - 4 — Aquisição e instalação de morouços e tocas artificiais;
    - 5 — Limpeza de pontos de água, reabilitação de charcas e açudes;
  - II — Custos relacionados com a compatibilização da atividade cinegética com outras atividades**
    - 6 — Aquisição e instalação de cercas elétricas para a proteção de culturas bem como de outros mecanismos (sonoros, mecânicos) para afugentar as espécies cinegéticas das culturas agrícolas e florestais;
    - 7 — Proteções individuais de plantas;
  - III — Custos com infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da fauna**
    - 8 — Aquisição e instalação de comedouros e bebedouros;
    - 9 — Aquisição de armadilhas para controlo de predadores;
    - 10 — Instalação de parques de reprodução e adaptação das espécies;
  - IV — Custos com ações, equipamentos ou infraestruturas de monitorização**
    - 11 — Aquisição e instalação de palanques ou torres de observação;
    - 12 — Aquisição e instalação de equipamentos de deteção e captura de espécies cinegéticas;

13 — Ações de monitorização ou caracterização das populações cinegéticas e ou dos seus predadores;

**V — Custos relacionados com a salvaguarda de aspetos sanitários**

14 — Instalação de infraestruturas para assemblagem e examinação prévia de caça abatida, incluindo custos com equipamentos e materiais;

15 — Aquisição e instalação de cercados de contenção de caça maior;

16 — Infraestruturas de isolamento de espécies cinegéticas;

17 — Ações de captura de espécies cinegéticas;

**VI — Custos relacionados com a diversificação da oferta de serviços relacionados com a atividade da caça**

18 — Aquisição e instalação de equipamento associado à instalação de observatórios e percursos;

19 — Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização;

20 — Produção e disponibilização de conteúdos destinados a divulgar os planos de gestão, boas práticas de gestão cinegética e boas práticas sanitárias;

21 — Implementação, por meios convencionais ou eletrónicos através de aplicações, plataformas ou páginas web, de ferramentas para a disponibilização e o reporte de informação sobre a caça e os recursos cinegéticos, incluindo a aquisição ou desenvolvimento de programas informáticos e licenças;

**VII — Custos com estudos**

22 — Recolha e sistematização de informação sobre a caça e os recursos cinegéticos, nomeadamente com base em informação fornecida pelos caçadores ou pelas zonas de caça;

23 — Conceção de aplicações informáticas para a disponibilização e o reporte de informação sobre a caça e os recursos cinegéticos. As despesas com estudos estão limitadas a 10 % da despesa total elegível do projeto e às seguintes tipologias de custos:

a) Custos com pessoal — Remunerações ou partes de remunerações e respetivos encargos associados, em condições a definir em OTE, dos técnicos e outro pessoal, afetos à elaboração dos estudos ou projetos;

b) Deslocações, alojamento e ajudas de custo — Despesas com deslocações, alojamento e ajudas de custo, nos termos e até aos limites legais fixados para os trabalhadores que exercem funções públicas, em condições a definir em OTE;

c) Bens e serviços técnicos especializados — Despesas com bens ou serviços especializados necessários à elaboração dos estudos ou projetos, nomeadamente consultoria.

**VIII — Custos com elaboração e acompanhamento do projeto**

24 — Elaboração e acompanhamento do projeto de investimento ou outros estudos prévios necessários ao investimento, incluindo a cartografia digital, até 3 %



da despesa elegível e ao limite máximo de € 2500, desde que as despesas tenham sido efetuadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura.

***Despesas não elegíveis***

*Investimentos materiais, Investimentos imateriais e outros*

*25 - Bens de equipamento em estado de uso;*

*26 — Substituição de equipamentos, exceto se esta substituição incluir a compra de equipamentos diferentes, quer na tecnologia utilizada, quer na capacidade absoluta ou horária;*

*27 — Aquisição de espécimes vivos ou ovos;*

*28 — Componentes do imobilizado incorpóreo;*

*29 — Juros durante a realização do investimento e fundo de maneiço;*

*30 — Custos relacionados com contratos de locação financeira como a margem do locador, os custos do refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;*

*31 — Despesas de pré – financiamento e de preparação de processos de contratação de empréstimos bancários e quaisquer outros encargos inerentes a financiamentos;*

*32 — IVA recuperável nos termos da legislação.*

## **7 Governação da caça de âmbito regional em países de referência**

A governação da caça em Portugal está bastante centralizada ao nível do Estado Central e das suas instituições. Esta situação faz-se sentir de tal forma, que para a simples consulta de Estatísticas setoriais regionais ou outro tipo de dados, é necessário subir toda a hierarquia institucional até ao seu topo em Lisboa para que possam ser finalmente disponibilizados a quem os solicite, deixando posteriormente a qualidade e abrangência dos dados muito a desejar.

Comparativamente, noutros países a estrutura de acesso à informação é consideravelmente mais descentralizada. É conhecido o caso de Espanha, com todas as suas regiões autónomas com uma grande liberdade de ditar e regular a atividade cinegética de forma ajustada às condições específicas dos seus recursos, isto é tirando partido da vantagens da subsidiariedade. Também em França esse fenómeno se documenta. Em seguida referimos brevemente, a título de comparação, alguns resultados publicados (Vollet et al 2008) relativamente ao impacto económico das actividades cinegéticas em regiões rurais francesas de referência, que, como veremos é considerável.

Como principais conclusões do referido para França concluiu-se que o peso direto da caça na Economia nessas regiões é variável, mas que esta tem crescentemente um papel potenciador das actividades e do peso económico do turismo nesses territórios, pelo enriquecimento que a caça proporciona à oferta turística em geral. Assim, a actividade cinegética constitui uma porta de

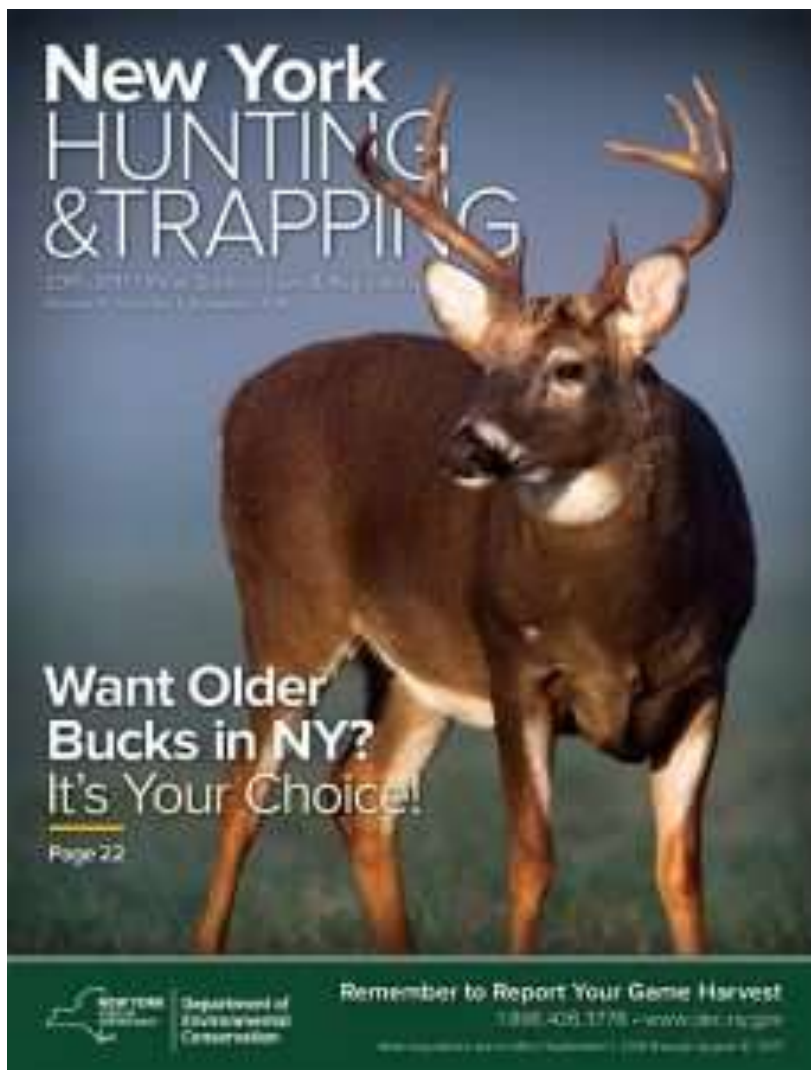
PARTE I

entrada adicional e alavancadora para a procura turística de recursos endógenos regionais, por um lado, e por outro uma atividade produtora de externalidades positivas, muitas delas da responsabilidade dos caçadores ou das suas associações, com efeitos benéficos em muitas outras atividades. Relativamente às externalidades positivas da caça destacam-se as referidas relativamente à manutenção de caminhos, vigilância de zonas despovoadas, e oferta de atividades sócio-culturais.

O modelo anglo-saxónico que está em vigor nos EUA ou no Reino Unido não está muito longe daquele que é adoptado em Espanha, mas diferencia-se sobretudo pelo nível de profissionalismo em termos de modelo de gestão. Nos EUA, a gestão deste tipo de recursos é realizada ao nível do estado, enquanto que em Inglaterra é realizada ao nível da região. Em ambos os países, o que diferencia a abordagem relativamente à espanhola é o nível de profissionalismo que é muito mais elevado, justificado pelos maiores montantes que são movimentados e investidos nesta actividade. Assim, a gestão é muito mais atenta, a fiscalização é muito mais apertada e tudo isto leva a que sejam produzidas alterações regulamentares de forma célere à medida que vão surgindo novas informações sobre alterações nos recursos cinegéticos. A preocupação com a exploração sustentável destes recursos é prioritária e nota-se na quantidade e qualidade de informação que é oferecida ao caçador.

A figura abaixo representa a página de um boletim de 80 páginas que é oferecido a todos os caçadores que pretendam exercer a sua actividade no estado de Nova Iorque, de modo a permitir acesso universal e fácil à legislação em vigor.

Figura 6 - Boletim anual com informação para a pesca no Estado de Nova Iorque (EUA).



Fonte: Department of Environmental Conservation, 2016b

## 8 Identificação dos principais desafios da gestão dos recursos cinegéticos no território da CIM-TS

### 8.1 Ocupação dos solos

Como referido já, a ocupação do solo atual e a forma como esta tem vindo a evoluir, no sentido de uma maior proporção das zonas de floresta, matos e de incultos, constituirá um desafio para o desenvolvimento das atividades cinegéticas no território da CIM, pelo potencial por explorar existente, nomeadamente ao nível de espécies de caça maior, tal como o javali e o corço.

Julga-se ser da maior importância elaborar uma zonagem desse potencial para as atuais zonas onde a caça é autorizada, nomeadamente entre essas as zonas que apresentam maiores extensões contínuas, por aí existirem maiores potencialidades de desenvolvimento da atividade cinegética com economias de escala. Entre essas zonas destacamos, tendo por base as entrevistas realizadas, as zonas da CIM que incluem parcialmente as serras do Marão e da Aboboreira, a Norte, e a Sul as zonas que incluem a Serra do Montemuro, ou seja a zonas de caça localizadas maioritariamente nos concelhos de Amarante, Marco de Canaveses, Baião, a Norte, e nos concelhos de Resende e Cinfães, a Sul.

Para espécies cinegéticas mais dependentes da manutenção de determinados tipos de atividade agrícola, tal como o olival para os tordos, e as culturas forrageiras cerealíferas, para as perdizes e as codornizes, a referida necessária zonagem terá que ter em conta as dinâmicas da ocupação do solo a esse nível, ou suplementarmente a razoabilidade de compensar essa falta de dinâmica com a promoção de culturas de suporte para essas espécies, no sentido da preservação desse potencial cinegético, que, como vimos atrás, é patente em zonas específicas do território da CIM.

## 8.2 Furtivismo

Apesar de não ser fácil de quantificar, a caça ilegal é reportada por todas as entidades gestoras de zonas de caça como sendo um fenómeno relevante em todos os municípios da CIM. As estatísticas obtidas junto do ICNF apontam para um número de apenas 66 processos de contraordenação desde 2012, no entanto, isto parece-nos ser apenas a ponta do iceberg, pois aquilo que nos foi comunicado no terreno aponta para uma realidade muito mais relevante. Efectivamente, nenhuma das entidades por nós contactada deixou de lado o cenário do furtivismo como sendo um fenómeno recorrente e significativo que afecta todas as zonas de caça ao nível do território da CIM, incidindo sobretudo sobre as duas espécies mais representativas da caça menor e maior: o coelho e o javali. Aliás, com base nos depoimentos obtidos, o furtivismo é apontado, juntamente com os incêndios, como um dos principais problemas responsáveis pela redução de efectivos de espécies cinegéticas fora da época hábil de caça.

Em termos mais detalhados, e olhando as técnicas de caça ilegal com base em inquérito realizado às entidades gestoras das zonas de caça verifica-se que os laços e a caça noturna são as técnicas mais utilizadas. Os principais alvos desta técnicas são as espécies mais emblemáticas de caça maior e caça menor no território, ou seja, o javali e o coelho. No caso do javali, a espera ilegal é umas das técnicas ilegais mais usada, enquanto que no caso do coelho, a caça à noite em caminhos e campos de fácil acesso para veículos todo o terreno é o método favorito.

Ao nível da sofisticação dos furtivos, os depoimentos existentes apontam para um baixo nível de organização dos indivíduos que se dedicam a este tipo de práticas ilegais. Normalmente, o abate ilegal de espécies cinegéticas é realizado por indivíduos locais que pretendem proteger as suas culturas ou então se dedicam a esta actividade para obter alimentação, que pode servir para

PARTE I

consumo próprio ou então para organizar convívios com amigos e conhecidos. Segundo aquilo que conseguimos apurar, não devem existir redes criminosas organizadas a funcionar nestes territórios. Efectivamente, a baixa procura de carne de caça pelos restaurantes da zona e a existência de uma densidade de caça maior relativamente reduzida poderão ser factores a explicar este facto, pois colocam a fasquia demasiado elevada em termos da relação risco versus retorno.

Em termos da frequência de incidência do furtivismo, a impressão que nos foi transmitida é a de que a mesma está enraizada a nível local e tende-se a manter relativamente estável. Este facto é indiciador de uma fraca capacidade das autoridades e das entidades gestoras das zonas de caça para conseguirem reduzir este fenómeno. A falta de pessoal e de meios ao nível do SEPNA conjuntamente com a falta de investimento ou, mesmo desinvestimento, das zonas de caça em vigilância privada, são alguns dos principais factores responsáveis por esta situação. O furtivo sabe que tem poucas ameaças à sua actuação e portanto o crime vai continuando a compensar.

### **8.3 Incêndios**

Devido à sua forte valência florestal e ao facto de a grande maioria deste património não estar devidamente ordenado, a CIM tem grandes incidências de incêndios durante épocas de forte calor e baixa humidade. Assim, em 2016, foi notória uma significativa percentagem de área ardida com os valores a chegarem a dimensões significativas em determinados municípios, como por exemplo, no Marco de Canaveses ou de Cinfães. Estas situações, pela sua dimensão, têm um impacto bastante relevante sobre o funcionamento das zonas de caça, alterando significativamente a densidade e o habitat da grande maioria das espécies cinegéticas e podendo no limite levar à interdição da caça nessa mesma zona. Aliás, em 2016, foi publicada uma portaria específica para responder a essa situação de extrema gravidade (a portaria nº277-A/2016), reforçando substancialmente a actual legislação em vigor e decretando a proibição total da caça nas zonas de caça mais afectadas pelos incêndios durante a época venatória de 2016 e 2017. Esta proibição afectou sobretudo os concelhos do Marco de Canaveses, Cinfães e Castelo de Paiva, tendo também sido afectados de forma menos significativa, os concelhos de Baião e Celorico de Basto.

Os incêndios são sempre um importante desafio ao nível da gestão das zonas de caça. Os incêndios são responsáveis pela perda maciça de inúmeros efectivos em termos de espécies cinegéticas. Apesar de os mamíferos, coelho bravo, raposa e javali, serem os mais afectados, a verdade é que nem as aves escapam, especialmente se tiverem ninhos com ovos por eclodir ou crias que ainda não voem.

Conscientes deste facto, alguns caçadores e entidades gestoras de caça têm-se aliado aos municípios no combate a este flagelo, colaborando nas acções de fogo controlado durante o Inverno, realizando a abertura de caminhos ou aceiros em zonas menos acessíveis e fazendo uma vigilância activa virada para a prevenção durante a época de incêndios.

#### **8.4 Conotação ambiental negativa**

A caça, à semelhança de outras atividades tradicionais do mundo rural, tem vindo a ser alvo de forte contestação ao nível de opinião pública e publicada, de incidência predominantemente urbana. Esta problemática, muitas vezes muito superficialmente fundamentada e sem ter em conta as interações da caça com outros serviços de ecossistema que justificam plenamente a sua existência como elemento regulador desses mesmos ecossistemas, pode constituir um óbice ao desenvolvimento destas atividades. Esta situação assume especial relevância se tivermos em conta as sinergias desta atividade com as atividades turísticas em zonas rurais, onde a procura é maioritariamente urbana. Este problema atenua-se no caso dos circuitos turísticos especializados, ainda inexplorados na região, nomeadamente o turismo cinegético, a exemplo do desenvolvimento que se tem observado nos últimos anos transversalmente a todo o país com outro tipo de turismo especializado, o Enoturismo. A não exploração desta vertente na CIM é evidenciada pela total ausência de Zonas de Caça Turística na região, condição fundamental para que a caça cumpra em pleno as suas funções de regulador do ecossistema, por um lado, e de constituir um factor activo na promoção da dinâmica económica em zonas de baixa densidade demográfica, diretamente, ou alavancando outras atividades, tais como a restauração e a hotelaria, mas também outras atividades de serviços recreativos de natureza e paisagem.

Por outro lado, a aposta na oferta de serviços de caça recreativa “verdes” (Pasquet 1995), com certificação reconhecida ao nível de garantias da sustentabilidade e perfeita integração ambiental das actividades, pode não só atenuar, como até transformar a referida barreira em termos de opinião pública numa oportunidade para o desenvolvimento destas atividades cinegéticas no território, através da promoção de um debate público sério e documentado sobre a questão.

## **PARTE II - DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA**

### **9 Análise SWOT (Forças Fraquezas, Oportunidades e Ameaça) do setor da caça no Tâmega e Sousa**

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância turística dos recursos cinegéticos</li> <li>- Crescimento nos últimos anos da procura da vertente de caça maior em vários níveis, destacando-se as montarias ao javali</li> <li>- Aumento nos últimos anos do número de eventos de caça maior, sobretudo montarias</li> <li>- Valorização da caça de troféus por aproximação</li> <li>- Reintrodução e aumento significativo da população de cabra montês ibérica em território nacional</li> <li>- Apoio financeiro específico para este sector no âmbito do Portugal 2020</li> <li>- Sinergias positivas associadas à construção de percursos pedestres e ecovias</li> <li>- Capacidade de valorização dos recursos cinegéticos numa base gastronómica, desportiva, ambiental e cultural.</li> <li>- Grande afluxo de turismo à zona Norte e sobretudo ao Douro</li> <li>- Ambiente favorável à descentralização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação complexa</li> <li>- Elevada burocracia e fortes barreiras à entrada no setor</li> <li>- Transversalidade legislativa do setor</li> <li>- Diminuição do número de caçadores nacionais</li> <li>- Falta de fiscalização por parte do SEPNA</li> <li>- Falta de ação e estratégia do ICNF para o sector</li> <li>- Doenças do coelho</li> <li>- Rápida disseminação da filosofia ambientalista e má conotação da caça em termos ambientais</li> <li>- Eliminação da caça em alguns países europeus</li> </ul>

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proximidade aos grandes centros urbanos da zona norte do País</li> <li>- Crescimento populacional das espécies de caça maior; javali e corço.</li> <li>- Inclusão de três sítios com áreas relevantes na Rede Natura</li> <li>- Presença de zonas de serra com fraca densidade populacional</li> <li>- Elevado ordenamento do território</li> <li>- Existência de afloramentos rochosos significativos – bom habitat para a cabra bravia.</li> <li>- Disponibilidade de água no solo / rápido crescimento vegetal</li> <li>- Número significativo de campos de treino de caça espalhados pelo território da CIM</li> <li>- Aumento dos matos e terrenos incultos para a caça maior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número elevado de clubes e associações no setor.</li> <li>- Existência de zonas de caça com dimensões demasiado grandes e pequenas.</li> <li>- Decréscimo do número de caçadores no território da CIM</li> <li>- Preço médio baixo por dia de caça</li> <li>- Número bastante elevado de sócios em alguns clubes e associações</li> <li>- Redução da superfície agrícola</li> <li>- Forte dependência dos repovoamentos para a caça menor</li> <li>- Baixo nível de formação das entidades gestoras.</li> <li>- Filosofia local de exploração intensiva da caça menor.</li> <li>- Privilégio da caça ao coelho que é um tipo de caça muito intrusivo</li> <li>- Elevada incidência do furtivismo</li> <li>- Falta de vigilância e fiscalização das zonas de caça</li> <li>- Forte incidência de incêndios</li> <li>- Falta de conhecimento científico sobre os recursos cinegéticos e o seu aproveitamento</li> <li>- Falta de plano específico para a valorização da caça maior</li> <li>- Falta de aproveitamento de recursos financeiros disponíveis.</li> <li>- Diversidade de apoios financeiros municipais.</li> <li>- Alheamento das câmaras municipais relativamente à gestão da caça (conselhos municipais não funcionam)</li> <li>- Orçamentos reduzidos dos clubes e associações de caçadores</li> <li>- Inexistência de um sistema de informação atualizado e eficiente sobre a oferta de caça na CIM</li> <li>- Falta de controlo de qualidade sobre o funcionamento das zonas de caça.</li> <li>- Produção ilegal de caça</li> </ul>



## 10 Propostas para o desenvolvimento do potencial endógeno dos recursos cinegéticos no território

Do diagnóstico acima realizado resulta a evidência do considerável atraso em que nos encontramos em matéria de valorização turística, económica e ambiental dos recursos cinegéticos endógenos no território da CIM do Tâmega e Sousa. Tendo em conta que tal situação tem na sua origem uma multiplicidade de fatores, qualquer processo de mudança exige necessariamente uma estratégia integrada, que:

- i) Clarifique e atribua competências a entidades que possam ter uma ação efetiva, capaz de preencher o vazio operacional do ICNF e, também, em menor escala do SEPNA.
- ii) Estabeleça procedimentos e regras de ação e comportamento para os diferentes agentes institucionais envolvidos ou a envolver.
- iii) Estabeleça um programa de ação a médio e longo prazo.

É neste contexto que se apresenta de seguida um conjunto de propostas, estruturadas em 4 eixos de ação: institucional e de governança; sustentabilidade; medidas de apoio ao associativismo e projetos âncora.

### 10.1 Medidas institucionais e de *governance*

Apesar de haver uma clara preocupação com este sector do ponto de vista legislativo, a verdade é que o papel no terreno das entidades públicas, nomeadamente do ICNF e do SEPNA, é muito residual e normalmente reativo. O desinvestimento realizado em termos de meios e pessoal nestas instituições tem tido um reflexo direto na qualidade do serviço que prestam a nível nacional, não sendo o caso específico do território da CIM muito diferente do que se vive noutras partes do país. Aliás, se ao alheamento das entidades centrais, juntarmos o forte alheamento das entidades municipais ao nível da CIM, nomeadamente das câmaras (embora variável entre elas), verificamos que na prática o presente e futuro próximo da exploração cinegética, para o bem e para o mal, está quase exclusivamente entregue às entidades gestoras das zonas de caça.

Esta falta de controlo das zonas de caça levanta questões relevantes ao nível da qualidade da gestão cinegética, já que se notou que a grande maioria destas entidades está dominada por uma filosofia de serviço público que pretende satisfazer sobretudo as necessidades imediatas do caçador local, deixando de lado outras perspetivas mais abrangentes. Assim, estas zonas de caça permitem esforços de caça menor bastante intensivos e que recorrem de forma substancial e continuada aos repovoamentos, muitos deles sem critério técnico-científico. Juntando a isto o facto de no território da CIM se registar uma grande predileção pela caça ao coelho assente no uso de matilhas de cães, que nalguns casos podem ser bastante numerosas, estamos perante um cenário muito complicado de gestão, que põe não só em causa a caça menor, mas também a caça maior. A caça ao coelho, nas condições em que é praticada normalmente, é altamente intrusiva, conduzindo a uma movimentação de todas as espécies localizadas na mancha, independentemente de

posteriormente virem a ser alvo de abate imediato. Neste cenário, a manutenção de equilíbrios ambientais ou desenvolvimento de estratégias que permitam a dinamização turística de determinadas espécies de caça maior são quase impossíveis de concretizar sem uma mudança radical de paradigma.

Para inverter este estado de coisas, é necessário então propor um novo modelo de governance que assente numa dinâmica de maior proximidade entre as entidades que regulamentam o sector e o sector propriamente dito. À luz do que se passa em Espanha, com as regiões autonómicas, é necessário descentralizar a regulamentação específica da caça para o nível intermunicipal, permitindo um maior customização da lei às necessidades específicas do território e permitindo um controlo mais efetivo sobre a ação das zonas de caça.

É nosso entender que o atual quadro legislativo é favorável a um processo de descentralização que se concretize efetivamente em transferência de competências em várias áreas, incluindo a cinegética. A Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, que regulamenta o papel das autarquias e entidades intermunicipais prevê claramente a possibilidade de transferência de competências do Estado para as Autarquias e Comunidades Intermunicipais. Especialmente no caso destas últimas, pela sua abrangência territorial, a lei, no seu artigo 81, número 2, alínea d), atribui competências ao nível da articulação em termos de atuações entre municípios e serviços da administração central no que diz respeito a ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais. Posteriormente, no número 3 desse mesmo artigo, é dada abertura para a transferência de poderes da seguinte forma: *“Cabe às comunidades intermunicipais exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram, nos termos da presente lei.”* Neste contexto, é nosso entender que há claramente espaço para se proceder a uma transferência de competências que teria que ser obrigatoriamente objeto de uma negociação específica uma vez que não há neste momento nenhuma situação idêntica a nível nacional, que possa servir de *benchmark*.

A reforçar um pouco mais a ideia anterior, convém também referir o facto de a descentralização a nível municipal ter voltado a assumir preponderância no discurso político. Efetivamente, volta a estar em cima da mesa a discussão sobre a descentralização de competências centrais para os municípios com a promessa de que o atual Governo vai conseguir avançar significativamente a este nível ainda este ano. Isto pelo menos no que se refere a uma lei chapéu, que depois terá que ser particularizada a nível sectorial, podendo levar a que sua implementação efetiva ocorra apenas para 2019, na melhor das hipóteses. Apesar de esta data nos parecer um pouco tardia, parece-nos que a tendência está estabelecida, reforçando ainda mais o que já foi começado a construir em 2013 e criando maior abertura para se começar a trabalhar em projetos piloto desde já.

Neste momento, é consensual para todas as entidades consultadas no âmbito deste estudo que se impõe uma mudança de paradigma de governance que traga para a linha da frente das gestão dos recursos cinegéticos entidades que estão no território, que conhecem o território e que têm os meios para garantir e fiscalizar o cumprimento de medidas adotadas. Assim, perante a falta de ação da tutela, do ICNF e do SEPNA, e trilhando uma maior tendência para a descentralização, o que se propõe é o seguinte:

- A delegação imediata, ao abrigo da Lei de nº 75/2013, dos poderes centrais à CIM para proceder a uma gestão efetiva dos recursos cinegéticos no território. A Lei parece-nos clara ao nível do modelo de transferência de competências e não abre a possibilidade de criar entidades alternativas com o mesmo foco territorial que possam responder a esta solicitação específica. Assim, terá que ser a CIM a assumir diretamente esta responsabilidade e quanto mais rápido, melhor, uma vez que o modelo de gestão centralizada dos recursos cinegéticos já entrou há muito tempo numa espiral de desinvestimento e inação, e portanto, não há interesse em adiar esta decisão mais alguns anos à espera de que a nova política de descentralização venha confirmar o inevitável. Isto apenas se traduziria num prolongar da perda de tempo dos últimos anos com consequentes efeitos nefastos sobre esta atividade.
- Quanto à operacionalização deste modelo de governance, pensamos que o facto de a CIM assumir poderes não significa que os tenha que exercer posteriormente de forma individual. Assim, parece-nos de todo aconselhável considerar as seguintes opções:
  - Os serviços da CIM assumem na íntegra a execução desses poderes em articulação com os municípios para questões concretas (fiscalização de zonas de caça através do uso da polícia municipal, emissão de licenças, etc.)
  - A CIM preside à formação de um consórcio, em que a CIM tem o papel central em termos executivos, mas que depois promove a subsequente descentralização de poderes específicos através da realização de parcerias ou protocolos com várias entidades municipais, regionais e/ou do setor.

A primeira parece-nos claramente mais fácil de aplicar, pois está prevista no espírito da Lei 75/2013, enquanto que a segunda não tem enquadramento específico e pode levantar questões relevantes do ponto de vista de estruturação, funcionamento e financiamento.

- Este novo modelo de governance deve substituir em pleno a ação do ICNF e do SEPNA dentro do território da CIM, procedendo a uma total descentralização na gestão dos recursos cinegéticos e da sua exploração. No entanto, isto não implica alhear o ICNF e o SEPNA do funcionamento desta entidade, já que estas entidades deverão estar envolvidas em termos administrativos e consultivos para assegurar a monitorização e controle da nova política de descentralização cinegética e promover uma ligação da ação efetiva deste novo modelo a objetivos e políticas nacionais.
- Qualquer que seja a opção do ponto de vista executivo, pensamos que terá que ser sempre constituído um Conselho Cinegético Intermunicipal, para funcionar como órgão consultivo. Este conselho elimina de certa forma a anterior figura do concelho municipal, praticamente inoperacional atualmente, e deve albergar os interesses de todos os stakeholders interessados nesta gestão: CIM, municípios, associações de caçadores, organizações do sector (Fençada), universidades, ICNF, SEPNA, etc. O conselho deve ser um órgão de apoio

técnico à delineação e monitorização da implementação de estratégias específicas para o fomento, preservação e valorização dos recursos cinegéticos na região.

- As principais funções a serem alvo de transferência no âmbito desta proposta de modelo de governance devem ser as seguintes:
  - Autorizar a criação, manutenção e extinção das zonas de caça
  - Apoiar as associações de caçadores na constituição e gestão das zonas de caça
  - Apoio na preparação de propostas para concursos a financiamentos
  - Promover a criação de algumas zonas de caça com vertente turística
  - Articular ações de vigilância e fiscalização com o SEPNA e outras autoridades com presença no território
  - Reportar ao ICNF em matérias relevantes.
  - Consultar o ICNF em matérias relevantes.
  - Assegurar a acessibilidade de todos os caçadores à caça no território mantendo uma percentagem razoável de serviço público.
  - Certificar a qualidade das zonas de caça de forma anual
  - Estabelecer, dentro da lei geral, períodos de caça e quantidades máximas de abate
  - Criar, gerir e fiscalizar os corredores de caça maior a realizar na região
  - Implementar um regime especial de proteção do corço
  - Introduzir a cabra montês ibérica
  - Constituir e gerir um corpo de vigilância próprio com as seguintes atribuições:
    - Controlar o furtivismo no território da CIM
    - Controlar o funcionamento dos corredores de caça maior
    - Monitorizar a evolução da densidade das espécies cinegéticas
    - Controlar o funcionamento das concessões
    - Informar os caçadores e fiscalizá-los
  - Possuir e manter um site atualizado com toda a cartografia das zonas de caça da CIM, regulamentação da caça e condições de acesso a zonas de caça.
  - Dispor de site que permita a compra automática de licenças de caça para aceder a zonas de caça municipais, bem como a possibilidade de aceder a sorteios para aberturas com grande procura.
  - Procurar a integração da caça nos pacotes turísticos regionais
  - Proceder à divulgação e promoção da oferta turística ligada à exploração cinegética

Considerando a abrangência das funções anteriores, e para que haja uma ativação em pleno desta proposta é necessária uma delegação quase total dos poderes do ICNF à CIM para que esta passe a realizar na plenitude a gestão dos recursos cinegéticos no território. De modo a que isso possa acontecer, é necessário encetar um processo negocial com as entidades centrais que tente realizar essa passagem de poderes de forma equilibrada, isto porque esta alteração não vai ser de todo consensual numa primeira fase e pode implicar uma significativa perda de poder do ICNF ao nível da gestão destes recursos, com a conseqüente repercussão financeira. Efetivamente, com a

transferência de competências é natural que também sejam transferidas as dotações financeiras geradas por este sector a nível territorial, nomeadamente as que estão ligadas aos pagamentos de licenças de caça pelos caçadores e às taxas pela criação e renovação das zonas de caça. O ideal seria uma transferência total destas receitas para esta nova entidade, no entanto, acreditamos que haja resistência da parte do ICNF a este tipo de proposta, devido à relevância atual desta fonte de receitas para este instituto público.

### 10.1.1 Estratégia municipal

No que diz respeito à estratégia municipal, importa sobretudo perceber o que se está a passar neste momento ao nível da agenda política dos municípios no que diz respeito à gestão e sobretudo ao conhecimento sobre os recursos cinegéticos. O facto de os conselhos cinegéticos terem entrado em total estagnação e terem perdido o seu valor a vários níveis para os municípios é um facto que gera alguma consternação, mas sobretudo muita curiosidade. Assim, interessa sobretudo perceber o porquê desta dissociação e quais os impactos que a mesma está a gerar na forma de gestão dos recursos cinegéticos dentro do território da CIM. A impressão que temos é que neste momento, as zonas de caça têm maior autonomia para agir sobre o território, pois existem menos mecanismos de controlo direto sobre a sua ação, mas isso é algo que carece de confirmação.

No que diz respeito ao conhecimento sobre recursos cinegéticos, importa referir que a maioria dos técnicos municipais contactados, normalmente afetos ao departamento florestal, demonstram um grande desconhecimento sobre as atividades realizadas pelas zonas de caça e o impacto das mesmas sobre as espécies cinegéticas que existem no território, ou até mesmo sobre a floresta, nalguns casos. Isto parece-nos ser uma situação difícil de entender ao nível de ordenamento do território, já que as zonas de caça são entidades relevantes em várias vertentes do ponto de vista florestal, e nomeadamente no que diz respeito à prevenção e combate aos incêndios. Adicionalmente, denota-se que a atual abordagem patente a nível municipal não vê nos recursos cinegéticos um potencial para a valorização turística da região. Apesar de se tratar de um recurso endógeno relevante e com enorme potencial turístico, há uma falta de visão estratégica municipal no sentido de o dinamizar devidamente.

Neste contexto, e considerando o modelo de *governance* proposto no ponto anterior, em que se prevê a transferência de poderes centrais para a CIM, nomeadamente os do ICNF, há necessidade de definir uma nova estratégia municipal para este sector. Assim, as principais linhas estratégicas do ponto de vista municipal poderão ser as seguintes:

- Participação ativa na formulação da estratégia e política cinegética intermunicipal com assento no conselho cinegético intermunicipal.
- Focalização na dinamização e articulação das associações dos caçadores que operam no seu território

- Melhoria do conhecimento existente sobre o funcionamento das zonas de caça e o seu impacto na gestão das espécies cinegéticas e na biodiversidade.

De um ponto de vista mais detalhado, configuram-se como relevantes e prioritárias as seguintes medidas:

- Restabelecimento de pontes de comunicação entre as entidades gestoras das zonas de caça e os municípios (conselhos cinegéticos)
- Afetação das competências municipais cinegéticas a um departamento ou pessoa específica
- Criação de bases de dados com toda a informação relevante sobre zonas de caça e a sua ação efetiva no território
- Controlo efetivo da ação das zonas de caça sobre o território
- Facilitação e promoção de pontos de contacto com vista à realização de parcerias estratégicas entre zonas de caça e entidades turísticas presentes no território
- Definição de uma estratégia municipal para a valorização dos recursos cinegéticos com base em determinados objetivos e em articulação com a estratégia intermunicipal.

## **10.2 Medidas de sustentabilidade e fomento**

62

### **10.2.1 Levantamento exaustivo do atual estado dos recursos cinegéticos na CIM**

Durante as várias etapas deste estudo, que implicaram um contacto direto com várias entidades com responsabilidade ou potencial interesse ao nível da gestão do património cinegético da CIM, foi notório o desconhecimento que ainda existe sobre esse mesmo património. A situação mais gritante foi detetada ao nível dos municípios e grupos de ação local, onde a parte cinegética é completamente relegada para um plano residual, havendo um desconhecimento sobre o trabalho e o impacto efetivo das zonas de caça no território. Apesar de os recursos cinegéticos serem recursos endógenos que apresentam um forte potencial de valorização turística, verifica-se que estas entidades não os trabalham de forma direta, nem lhes dão a devida atenção. Assim, a responsabilidade é entregue unicamente às entidades gestoras das zonas de caça que funcionam de forma autónoma e as poucas linhas de comunicação que existiam, por exemplo, entre zonas de caça e municípios foram cortadas com a eliminação do papel dos conselhos cinegéticos, permitindo ainda mais o alargamento do fosso de conhecimento.

No entanto, o problema da falta de conhecimento não fica cingido aos municípios e grupos de ação local, já que mesmo as entidades gestoras das zonas de caça, que à partida deveriam ter um conhecimento mais aprofundado sobre as questões mais básicas demonstram alguma incapacidade para avaliar devidamente a distribuição e densidade de algumas espécies cinegéticas, bem como o impacto dos modelos de gestão que têm vindo a adotar. A impressão com que ficamos depois de

auscultar estas entidades em várias oportunidades é que a gestão é normalmente assente no conhecimento tácito diário e carece de profundidade científica.

Neste contexto, parece-nos fundamental mudar este estado de coisas e promover um conhecimento objetivo e detalhado sobre a realidade cinegética do território da CIM. Para tal, é imperativo realizar um levantamento científico exaustivo e pormenorizado de todas as potencialidades cinegéticas que existem no território da CIM. Esse trabalho deve ser realizado com uma equipa multidisciplinar que analise não só a parte biológica e ecológica, mas também que estude o valor económico atual e potencial ligado à gestão destes recursos. Só com o conhecimento objetivo e estruturado é que é possível tomar decisões acertadas relativamente ao futuro aproveitamento destes recursos endógenos.

### **10.2.2 Criação de zonas exclusivas (“corredores”) para a caça maior turística**

Apesar do declínio geral do sector da atividade cinegética a nível nacional, existe um nicho específico que está a dar bons sinais de vitalidade. No momento atual, as espécies de caça maior são as mais valorizadas e também são aquelas que têm gerado maior dinamismo de um ponto de vista turístico nos últimos anos. Efetivamente, é notória uma tendência estrutural para o incremento substancial do mercado de caça maior, com ambas as forças, oferta e procura nacional a demonstrarem um enorme dinamismo. O número de praticantes de caça maior tem aumentado de forma substancial no nosso país, e isso tem conduzido a um aumento do número de eventos realizados a este nível, sobretudo montarias, bem como dos preços da jornada de caça.

63

A este nível, são várias as técnicas que estão a ser utilizadas do lado da oferta para aumentar a quantidade e qualidade da oferta de caça. Algumas das técnicas mais sustentáveis do ponto de vista da gestão de populações selvagens de espécies de caça maior assentam na criação de corredores específicos para esta espécie onde o exercício da caça menor não é permitido e onde só se praticam catos cinegéticos pontualmente, para evitar rápidas alterações populacionais, motivadas por abates ou fuga do território. Este tipo de metodologia é fundamental, sobretudo para permitir o sucesso no exercício da caça de troféus à espera ou de aproximação, que é o ato de caça menos intrusivo e também aquele que mais valoriza a espécie abatida.

Atualmente, e ao nível da CIM e depois de vários contactos com associações do sector, não se encontrou qualquer metodologia deste tipo a ser aplicada. Efetivamente, há um claro privilégio da caça menor, nomeadamente do coelho, permitindo-se o exercício da mesma um pouco por todo o território ordenado da CIM, à exceção das zonas de refúgio. Como se sabe, a caça ao coelho, pelas suas características, tem capacidade para exercer uma pressão considerável sobre os javalis e corços, especialmente se os caçadores que a praticarem não tiverem grandes princípios éticos. Normalmente, isto é algo que acontece de forma frequente, aliás como nos foi relatado por várias entidades gestoras. Assim, com este tipo de abordagem é muito difícil controlar a densidade das espécies de caça maior e portanto, torna-se muito difícil conseguir vender uma oferta de qualidade.

Para alterar este estado de coisas, é necessário proceder a um novo reordenamento do território da CIM e selecionar criteriosamente corredores de caça maior. Estes corredores devem ter a dimensão necessária para salvaguardar uma densidade suficiente para promover oferta turística de espécies cinegéticas de caça maior e devem ser objeto de um estudo apurado e detalhado de modo a serem o mais produtivos e autossustentáveis possível. A criação destes corredores deve servir quase exclusivamente para potenciar métodos de caça menos intrusivos e de maior valor acrescentado, como a caça à espera ou a caça de aproximação. A utilização das montarias deve ser reduzida a mínimos, mantendo-se apenas nos níveis necessários para controlar excessos de população de javalis e suportar eventos pontuais.

O modelo de gestão destes corredores deve assentar na constituição de uma instituição que congregue entidades com interesses ao nível do ordenamento cinegético nas áreas ocupadas por estes corredores. Desde logo, devem surgir como parceiros principais as entidades gestoras das zonas de caça, porque vai ser necessário utilizar o seu território e também porque elas são agentes fundamentais para assegurar o bom funcionamento destes corredores na prática. Atendendo a que as zonas de caça têm que fornecer terrenos para a constituição destes corredores, também convém delinear, desde logo, um esquema de financiamento das zonas de caça baseados na repartição equitativa das receitas geradas por essas mesmas zonas.

### **10.2.3 Introdução da cabra montês ibérica**

64

Tal como referido anteriormente, na nossa opinião, a valorização do potencial turístico cinegético do território da CIM passa obrigatoriamente pela dinamização do segmento de caça que é capaz de gerar maior valor acrescentado no momento atual: a caça maior. A este nível, verifica-se que neste momento, existem apenas duas espécies no território (javali e corço). Ambas as espécies têm habitats preferenciais associados a zonas de floresta, mato e pontualmente terrenos agrícolas. Destas duas apenas uma apresenta atualmente a densidade populacional para permitir a exploração cinegética continuada; o javali.

No atual cenário de exploração cinegética focalizada sobretudo na caça menor e onde a vigilância é praticamente inexistente, não nos parece que o corço tenha condições para ir aumentando a ritmos rápidos, devido sobretudo à incidência do furtivismo. Isto coloca uma enorme dependência da caça maior no javali, que por sua vez vai-se expandindo, mas sempre com enormes limitações suscitadas pelo forte furtivismo e pela fraca valorização que as zonas de caça atribuem a esta espécie quando chega o momento da exploração cinegética.

Perante esta situação, que nos parece deficitária em termos de quantidade, e sobretudo de qualidade, poderá fazer sentido introduzir uma nova espécie de caça maior exclusivamente para a exploração cinegética que aproveite ao máximo alguns dos habitats mais inóspitos do território da CIM e que não entre em conflito com as espécies cinegéticas já existentes. Para este efeito, a proposta da introdução da cabra montês ibérica nos afloramentos rochosos das serras mais emblemáticas da CIM pode fazer sentido, por várias razões:



- Apesar da controvérsia que existe sobre esta matéria, acreditamos que esta espécie cinegética pode ser considerada como indígena (não exótica) e portanto alvo de fácil repovoamento. A espécie principal é a Capra Pyrenaica, sendo a versão lusitana apenas uma sub-espécie, e não acreditamos que as diferenças da sub-espécie sejam substanciais, como para considerar que a versão atualmente em território nacional seja exótica. A nível histórico, a sub-espécie lusitana foi extinta na última década do século XIX, entretanto voltou ao nosso território através de exemplares de Capra Pyrenaica espanhola repovoados na Galiza, que posteriormente se instalaram no Parque da Peneda Gerês, não tendo havido qualquer intervenção do ICNF ou de qualquer outra entidade nacional neste processo.
- Esta espécie habita sobretudo afloramentos rochosos e zonas íngremes, possuindo a CIM características ideais a este nível no Marão e em Montemuro. Aliás, como se pode comprovar pelas populações saudáveis de cabras bravias que habitam nestas duas zonas (Alves, 2013).
- Esta espécie possui uma boa capacidade de resistência às doenças e ao clima, sendo de muito fácil introdução (ver ponto abaixo).
- Esta espécie possui uma forte capacidade reprodutiva, podendo alcançar altas densidades no espaço de poucos anos. Aliás, o caso da recente introdução desta espécie no Gerês e Serra Amarela é paradigmático, com dois exemplares observados em 1999 a tornarem-se rapidamente em mais de 600 exemplares em 2016.
- Esta espécie não entra em conflito de habitat ou de alimentação com outras espécies existentes no ecossistema.
- Esta espécie serve de alimento ao lobo e, enquanto juvenis, à raposa e a determinadas aves de rapina de grande porte.
- Esta espécie tem elevado valor acrescentado em termos de exploração cinegética, gerando um alto valor de licença por troféu (com valores em Espanha que podem chegar aos 10 mil euros pela via oficial e 30 mil euros em leilão (Rodrigues, 2016)) e permitindo a fácil integração com turismo rural, percursos pedestres e outras infraestruturas de montanha.
- Esta espécie só é caçada em Espanha, em números controlados, e existem vários caçadores portugueses que se deslocam a Espanha para abater um troféu.
- Esta espécie presta-se quase exclusivamente a uma caça de aproximação (de menor intrusão ambiental) que permite:
  - Seleção de exemplares a abater
  - Baixa quantidade de disparos (normalmente um único tiro por jornada de caça)
  - Convivência com outras atividades de montanha

Ao nível da metodologia de introdução desta espécie existem duas opções: a importação de exemplares de Espanha ou do Gerês, ou então a criação de um centro de reprodução e repovoamento na zona da CIM. Convém que as soluções escolhidas tenham capacidade para assegurar um número de efetivos suficientes para a exploração cinegética, especialmente durante os primeiros anos após a introdução, permitindo sempre três ou quatro anos iniciais sem caça por uma questão de aclimação. Posteriormente, e mal a população entre numa densidade cruzeiro ótima, o que deve conseguir após 10 ou 12 anos, poder-se-á descontinuar qualquer uma das soluções adotadas. Ambas as soluções têm vantagens e desvantagens, e devem ser ponderadas com uma respetiva análise financeira detalhada, antes de se tomar uma decisão final.

Adicionalmente, e para se proceder a uma correta aclimação desta espécie aos territórios alvo, terão que se criar corredores de caça maior no topo das serras em causa, onde não pode ser permitido qualquer tipo de atividade cinegética durante um período inicial de três a quatro anos. Posteriormente, esses corredores devem-se manter em funcionamento, mas permitindo unicamente a caça maior, nas vertentes aproximação ou espera. Qualquer outro tipo de caça, parece-nos demasiado intrusivo e pode levar a movimentações significativas das populações para zonas onde poderiam ser rapidamente alvo de exploração excessiva. Para serem eficazes, esses corredores terão também que ser alvo de fiscalização apertada e continuada, no sentido de evitarem o impacto negativo do furtivismo.

#### **10.2.4 Regime de proteção especial para o corço**

66

O corço é reconhecido por toda a Europa como sendo uma espécie cinegética de alto valor acrescentado que é especialmente acarinhada pelos caçadores levando ao pagamento de preços elevados por troféus de elevada qualidade. É uma espécie vocacionada quase exclusivamente para a caça à espera ou de aproximação, muito pouco intrusiva, em que se permite a seleção criteriosa do indivíduo a abater. Adicionalmente, o corço é também um elemento bastante importante de qualquer ecossistema, não só pela biodiversidade que introduz, mas também por funcionar como alimento para espécies predadoras em perigo, como o lobo ou a águia-real.

De qualquer forma, a gestão do corço não é nada fácil, pois estamos a falar de uma espécie relativamente frágil, com índices de reprodução bastante baixos por fêmea (uma cria e raramente duas por ano) e que exige alguma preocupação especial. Assim, para se conseguir ter boas populações de corços é necessário uma forte dedicação a esta espécie com doses elevadas de acompanhamento no terreno e sobretudo de vigilância e fiscalização.

No momento atual, o corço é uma espécie cinegética presente no território na CIM, sendo mais frequente nas zonas com menor densidade populacional e onde alternam as pastagens com floresta e mato. O seu número ainda é relativamente reduzido, mas tem vindo a aumentar ligeiramente nas últimas décadas. Mesmo assim, não nos parece que a população residente tenha presentemente condições para ser alvo de uma exploração cinegética sustentada, nem nos parece que ao ritmo de evolução atual, tenha condições para ser explorado dessa forma num futuro

próximo. As ameaças causadas pelo furtivismo e pela intensidade dos atuais modelos de exploração cinegética que estão a ser aplicados por todo o território da CIM não permitem a estabilidade necessária ao saudável crescimento da população de corços.

No nosso entender, a valorização turística do potencial cinegético da região passa pela revitalização da densidade de corços com vista à sua exploração cinegética. A CIM possui territórios com elevada apetência para o desenvolvimento desta espécie e a mesma seria um importante chamariz turístico, já que esta é uma espécie simbólica para os praticantes da caça e para a qual existe muita procura e pouca oferta a nível nacional.

Para se conseguir revitalizar as populações de corços ao ponto de justificar a sua exploração cinegética, é necessário idealizar uma estratégia de proteção desta espécie baseada na criação de corredores de caça maior (ver proposta acima) e em repovoamentos em áreas específicas, que sejam consideradas como mais ricas para albergar maiores densidades desta espécie. No entanto, para assegurar que há uma clara progressão desta espécie, tem que se investir de forma clara e efetiva na vigilância e fiscalização, pois o principal problema a afetar o futuro das populações corços na região é claramente o furtivismo, através de laços ou via caça noturna.

### **10.2.5 Promoção da caça menor – vertente social**

Apesar de a vertente turística ser vista como o principal objetivo a considerar ao nível da valorização dos recursos cinegéticos, não deixa de ser relevante também pensar na promoção da atividade cinegética na sua vertente de serviço público, através da oferta de soluções que vão diretamente ao encontro dos interesses dos caçadores locais. A grande maioria destes caçadores focaliza a sua exploração cinegética nas espécies de caça menor, sobretudo no coelho, e como tal necessitam de uma abordagem específica. Esta vertente é relevante, porque os caçadores locais são parceiros estratégicos importantes, muitos deles são mesmo proprietários de terrenos em zonas de caça, e como tal é necessário que tenham alguns benefícios com estas alterações, de modo a que possam ser apoiantes das mesmas. Como a criação de corredores de caça maior vai levar à eliminação do esforço de caça menor em áreas específicas é necessário que haja contrapartidas credíveis a oferecer aos caçadores, nessas situações concretas.

Assim, as principais medidas a aplicar a este nível, devem-se centrar no reforço da densidade de coelhos e perdizes presentes no território com a adoção de técnicas de gestão intensivas eficazes, como sejam, os postos de criação para coelhos ou os postos de retenção (parques de voo) para perdizes. Atendendo à densidade de caçadores locais e à sua forma de caça, não acreditamos que seja possível num curto espaço de tempo alterar hábitos já bem estabelecidos, e portanto importa essencialmente garantir mais e melhor caça dentro do modelo atual. Para conseguir obter resultados significativos a este nível, seria importante tentar replicar por todo o território aquilo que está ser feito na zona de caça gerida pelo Clube de Caçadores de Canelas, onde a existência das infraestruturas mencionadas acima garante a presença de densidades de coelhos e perdizes bastante acima da média daquelas que se encontram noutras zonas de caça da mesma região.

Com o passar do tempo e alguma alteração de mentalidades, é possível começar a evoluir para modelos autossustentáveis, em que este tipo de infraestruturas servem apenas para corrigir desequilíbrios pontuais. Nestes modelos, a caça será mais em qualidade e menos em quantidade, privilegiando-se o abate de poucos exemplares indígenas em menos jornadas de caça anuais e possivelmente com a utilização de menos cães. Isto é já um pouco daquilo que acontece em zonas onde se tem vindo a promover a caça autossustentável sem recurso a qualquer repovoamento.

### **10.3 Associativismo e ações de fomento**

#### **10.3.1 Apoios financeiros municipais**

Neste momento, existem várias estratégias de apoio financeiro municipal a este sector que estão a funcionar em simultâneo no território da CIM. Isto cria uma diversidade de estímulos que muitas vezes são contraproducentes do ponto de vista de efeitos sobre o território, já para não falar ao nível das questões de equidade entre entidades gestoras. Assim, importa alterar este estado de coisas e definir uma bitola comum a ser usada por todos os municípios, de modo a promover equidade e a gerar efeitos concretos sobre o território.

Desta forma, faz sentido pensar numa concessão de apoios com base em determinados critérios que podem ser repartidos em duas vertentes: funcionalidade interna e impacto sobre o território. Na primeira vertente, é importante que as associações dêem prova do seu regular funcionamento institucional, mediante a prévia apresentação dos Planos de Atividade e Orçamentos e Relatórios de Atividade e Contas anuais de gerência. Na segunda vertente, importa sobretudo olhar aos seguintes aspetos:

- Exploração cinegética numa base de sustentabilidade ambiental
- Valorização turística da atividade
- Capacidade para promover eventos de grande dimensão
- Preservação de espécies protegidas e da biodiversidade
- Prevenção de incêndios
- Limpeza de matos
- Realização de sementeiras
- Iniciativas culturais

#### **10.3.2 Mobilização de apoios financeiros existentes**

Aquilo que verificamos, é que neste momento a maioria das entidades ligadas de alguma à gestão dos recursos cinegéticos na região da CIM não conhecem os mecanismos de apoio financeiro existentes, nem sabem como os podem utilizar. Muito desse desconhecimento deve-se à falta de habilitações e de formação, mas também, e sobretudo à falta de comunicação. De facto, quando

em diálogo com alguns representantes de entidades gestoras de zonas de caça no território, constatamos que nenhuma conhecia a portaria de 2016 que define o quadro de apoios a conceder a este sector no âmbito do Portugal 2020. Isto é o primeiro sinal de uma situação crítica que pode conduzir posteriormente ao não aproveitamento destes fundos para promover o desenvolvimento do território e nomeadamente da área dos recursos cinegéticos.

Adicionalmente, também ficou patente a pouca ou quase nenhuma ligação dos grupos de ação local às problemáticas e entidades gestoras deste sector. Sendo os grupos de ação local responsáveis pela gestão de apoios financeiros específicos, muitos deles ligados à valorização de recursos endógenos, verifica-se que a não existência de ligação é claramente um mecanismo de exclusão no acesso a esses fundos.

A este nível, é importante trabalhar essencialmente três vertentes:

- Criar um mecanismo de comunicação eficiente de linhas de financiamento e concursos às entidades gestoras do sector.
- Promover uma maior ligação dos grupos de ação local às entidades gestoras do sector
- Criar gabinetes de apoio à criação e acompanhamento de candidaturas para financiamento (estando a gestão cinegética descentralizada na CIM, esta entidade deverá assegurar esta função de apoio técnico)

### **10.3.3 Processamento, tratamento e divulgação de informação**

69

Atendendo ao grande desconhecimento sobre esta área das várias entidades presentes no território, convém delinear a criação de um sistema de informação específico que permita o rápido acesso a todo o conhecimento existente ou gerado no território da CIM. Depois de uma análise bastante exaustiva sobre os sistemas de comunicação existentes a este nível, denota-se uma total falta de preocupação em tornar pública informação relevante. Cada entidade domina o seu pequeno mundo em termos de informação e a partilha é muito ocasional e só é despoletada se houver uma solicitação ocasional. Não há qualquer repositório comum de informação, nem nenhuma obrigatoriedade de partilha, sendo muitas vezes bastante difícil compatibilizar os formatos dos dados. Desde informação produzida pelo ICNF que não é do conhecimento municipal passando por informação de zonas de caça municipais que não está ao dispôr dos turistas, é notória a falta de capacidade para trabalhar a informação e colocá-la ao serviço da promoção, valorização e desenvolvimento destes recursos.

Neste contexto, impõe-se a necessidade de alterar este estado de coisas e criar uma plataforma eletrónica que incorpore toda a informação que existe sobre estes recursos e que seja relevante para o território da CIM. Essa plataforma deve ser estruturada com base em tópicos que sejam considerados estratégicos e deve ser alimentada de forma regular e obrigatória pelas entidades que têm responsabilidades neste sector. Simultaneamente, esta plataforma deve ter, não só uma vertente institucional, de apoio à decisão, mas também promocional, procurando colocar e publicitar informação online que potencie a procura externa destes recursos e dinamize a sua

PARTE II

valorização turística. Neste momento, a procura turística a este nível é quase incipiente, porque o turista não sabe que há oferta e quando sabe que há, não sabe como aceder à mesma. À semelhança do que se passa nas entidades autonómicas em Espanha, a prestação de informação detalhada em inglês é muitas vezes mais que suficiente para criar a confiança necessária ao turista para usufruir de um serviço que é complexo do ponto de vista legal.

#### **10.3.4 Proposta turística**

A oferta cinegética que existe no território da CIM está quase toda exclusivamente vocacionada para um consumo local recorrente, existindo uma pequena percentagem de caçadores nacionais residentes fora do território da CIM, mas que são normalmente amigos ou conhecidos dos gestores das zonas de caça. À exceção de algumas montarias de maior dimensão que conseguem trazer de forma sustentada alguns caçadores de outros concelhos, não existe uma projeção externa sustentada e estruturada da oferta de caça da região. Tão pouco encontramos evidência de estrangeiros a praticar atos venatórios no território da CIM, especialmente quando muitos deles atravessam diariamente o Douro. A falta de zonas de caça com vocação turística e a inexistência de uma estratégia municipal ou intermunicipal que procure capitalizar o potencial de atracção deste recurso endógeno, são os principais fatores a contribuir para este estado de coisas.

No global, há que mudar o atual paradigma existente a este nível, procurando desenvolver medidas no sentido de criar uma oferta direcionada para o mercado. Para tal, convém definir uma estratégia ao nível do território da CIM que procure divulgar a sua oferta e colocar a opção de exploração cinegética dentro dos pacotes turísticos das empresas de maior nomeada em termos do turismo do Douro. No entanto, essa oferta não deve procurar centralizar-se unicamente no ato de caçar como uma atividade isolada e deve sobretudo oferecer uma solução de experiência global ao turista na qual a caça é apenas a cereja no topo do bolo de um dia, um fim de semana ou uma semana bem passada. Neste sentido, importa incluir outros elementos que complementem a caça e sejam capazes de alargar uma maior valorização da oferta, como: paisagem, percursos pedestres, monumentos, hotéis, alojamentos em espaço rural, roteiros gastronómicos, visitas ao posto do Torno, showcooking, etc.

Ao nível da experiência de caça a valorizar a este nível, interessa apostar quase exclusivamente em métodos pouco intrusivos dedicados à caça maior. Mais que o tiro ou o ato de matar, interessa sobretudo experienciar as paisagens, a cultura, a gastronomia e a perseguição de animais selvagens no seu ambiente natural. Assim, deve-se privilegiar a caça de aproximação e de espera direcionada às espécies de caça maior existentes ou a introduzir. Esta caça é seletiva, menos intrusiva para as outras espécies de caça e também gera um muito menor impacto para outras atividades humanas de montanha, permitindo uma melhor convivência com BTT's, caminhadas, etc. Adicionalmente, é também uma caça que vai permitir a criação de corredores específicos eliminando a caça menor e reduzindo muito significativamente a presença dos caçadores nestes locais. O facto de ser um tipo de caça vocacionado para troféus é também uma mais-valia pois leva à emissão de licenças de caça que atribuem valores mais elevados aos exemplares a abater

No global, as experiências de caça propostas acima parecem também ser mais adequadas ao facto de os locais com maior potencial para a dinamização turística fazerem parte da Rede Natura. O aproveitamento dos sítios incluídos em Rede Natura dentro da CIM é só por si um enorme fator de atratividade para o caçador, pois dá-lhe uma maior valorização turística que é derivada de um carácter de uma maior imersão em ambiente natural e em zonas de paisagem preservada. No entanto, isto também pode ser alvo de conflito com interesses ambientalistas que não vêem com bons olhos a caça que tem vindo a ser praticada nestes locais (caçar menor intensiva) e que têm vindo a insurgir-se continuamente contra esta atividade. Neste contexto, a substituição do conceito de caça por uma proposta menos intrusiva e de maior valor acrescentado pode ser uma proposta mais conciliadora e, conseqüentemente mais aceitável.

De modo a que a oferta turística, seja efetiva e consiga trazer resultados positivos significativos, é importante que exista um estudo com base científica para a construção dos pacotes turísticos. Este estudo deve, não só identificar focos de atração e infraestruturas de apoio, mas também procurar sinergias entre estes elementos, de modo a construir pacotes bem dimensionados e que sejam virados para perfis de turistas internacionais. São vários os atributos e dimensões a trabalhar para conseguir este objetivo e nem todos são de fácil mensuração e análise, obrigando a abordagens estruturadas com diferentes bases disciplinares. Para além disso, também importa considerar as dificuldades inerentes à necessidade de compatibilizar os diferentes interesses dos agentes presentes no território que têm controlo direto sobre algumas das dimensões mais relevantes, num processo que muitas vezes obriga a um conhecimento bastante detalhado e a uma negociação prolongada. Isto, especialmente, quando muitos desses recursos têm vindo a ser geridos com uma mentalidade muito fechada e apenas para consumo próprio ou local.

### **10.3.5 Certificação de qualidade das zonas de caça**

Atendendo a que existe um quase total ordenamento da área cinegética útil no território da CIM, importa controlar até que ponto as zonas de caça são agentes dinamizadores positivos em termos do desenvolvimento sustentável das áreas onde se localizam. O grande número de zonas de caça e de associações de caçadores presentes na CIM indiciam, desde logo, uma grande diversidade de estratégias que podem ter agendas e objetivos diferentes, e portanto criando possíveis problemas de compatibilidade e negligenciando a possibilidade de se articular abordagens e obter sinergias alargadas sobre o território.

Efetivamente, e de acordo com o aquilo que observámos atrás, o baixo nível de habilitações e formação média dos responsáveis pelos gestores de zona de caça em conjunto com uma forte vocação de serviço público local dos mesmos, leva a modelos de exploração muito focalizados no curto prazo, onde se procura privilegiar a quantidade em vez da qualidade. Esta tendência tem-se acentuado ao longo do tempo e a crescente dissociação de várias entidades públicas, quer centrais, quer municipais, tem permitido uma maior liberdade de ação às entidades gestoras, que não nos parece que tenha sido aproveitada da melhor maneira. Na nossa opinião, todo este cenário tem

sido bastante contraproducente do ponto de vista da manutenção de populações autossustentáveis de espécies cinegéticas verdadeiramente selvagens, levando a que os recursos a repovoamentos sejam estratégias utilizadas de forma bastante recorrente.

No nosso entender, a perpetuação deste tipo de modelo de exploração põe em causa, não só a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental da zona da CIM, como também põe fora de hipótese a possibilidade de existir qualquer potencial para a valorização turística destes recursos. Há que encontrar mecanismos para alterar este estado de coisas, procurando encaminhar as iniciativas das ações de gestão ao nível das zonas de caça no sentido de servirem interesses comuns abrangentes que vão muito para além da manutenção de uma coutada de caça para locais e meia dúzia de amigos de fora.

Considerando o facto de que os atuais modelos de gestão já têm algumas raízes fortes e estão devidamente cimentados no território, importa pensar numa ação mais musculada para conseguir as alterações desejadas. Neste cenário, ter-se-ia que criar um mecanismo obrigatório de controlo para todas as zonas de caça, na sequência da idealização de um novo modelo de governance e que permita um controlo não só administrativo, mas também efetivo, ao nível do território propriamente dito, para evitar que seja só mais um “pró-forma”, como por exemplo, os conselhos cinegéticos municipais. Para tal, a principal medida a adotar seria a criação do condicionalismo legal em que a manutenção anual de uma zona de caça fica condicionada a um parecer positivo de uma entidade intermunicipal a criar no território da CIM, que controle, entre outros, os seguintes fatores:

- Sustentabilidade ambiental do funcionamento da zona de caça
- Contributo para o combate a incêndios
- Sincronização e complementaridade com outras atividades em espaço rural ou florestal
- Valorização turística dos recursos cinegéticos
- Preservação da biodiversidade e das espécies protegidas
- Vigilância e fiscalização dos recursos cinegéticos

Para além de parte administrativa propriamente dita, esta entidade deverá ter obrigatoriamente uma componente técnica para conseguir verificar efetivamente no terreno o cumprimento dos objetivos estabelecidos para as zonas de caça. A este nível, o apoio das organizações do sector que têm um capital enorme de experiência técnica acumulada, como por exemplo a Fençaça, podem ser parceiros prioritários a envolver nesta vertente. De qualquer forma, a função desta entidade, deverá, no entanto, não ser direcionada unicamente para a fiscalização, mas também para a vertente pedagógica, com foco nas vertentes formação e prevenção.

Quanto ao financiamento desta entidade, o mesmo poderá ser realizado através do pagamento de uma taxa pelas zonas de caça por cada parecer anual ou então através de um fundo intermunicipal a constituir, onde intervenham várias entidades públicas e privadas com ligações diretas e indiretas a esta atividade.



## 10.4 Projetos âncora

### 10.4.1 Formação ao nível da gestão

Atendendo ao baixo nível de habilitações e formação específica dos atuais órgãos dirigentes da grande maioria das zonas de caça, pensamos que é relevante começar a trabalhar na estruturação de um plano específico de formação para este sector. Como foi notório ao longo deste estudo, os modelos de exploração que estão neste momento a ser implementados no território são bastante deficientes do ponto de vista de sustentabilidade ambiental e valorização turística e precisam claramente de ser melhorados. Para tal, o papel de alteração das mentalidades é fundamental e essa alteração só se pode consubstanciar com mais e melhor conhecimento sobre técnicas e modelos de gestão mais produtivos a nível nacional e internacional.

A formação a idealizar deve ser estruturada por uma equipa científica com várias valências e que se foque, não unicamente em técnicas específicas ligadas à própria gestão cinegética, mas que também promova uma abertura de horizontes a níveis mais alargados e respeitantes às sinergias positivas que podem ser criadas pelas espécies cinegéticas e a sua exploração sobre o território, Assim, convém explorar aspetos ligados à vertente ambiental, vertente turística, vertente cultural, etc., procurando tentar demonstrar as diferentes possibilidades que existem de promover parcerias a estes níveis e que simultaneamente valorizam ainda mais o sector. A utilização de case-studies de sucesso e de exemplos bem conseguidos de boas práticas parecem-nos fundamentais para motivar a aprendizagem nestas matérias em concreto.

A realização de parcerias ou protocolos com organizações que possuem conhecimento, competências e experiência técnica acumulada sobre o sector, e especificamente sobre o território, como por exemplo a Fençaça, seria a melhor estratégia para se idealizarem e proporem elementos de formação que respondam diretamente às necessidades das entidades locais. Isto permitiria dar uma muito maior abrangência aos ganhos a obter com estas sessões, já que as boas práticas a nível regional poderiam rapidamente ser divulgadas por todos os interessados.

Assim, e em termos mais detalhados, julga-se relevante a necessidade de avançar com um plano de formação intermunicipal que incida sobre as seguintes vertentes, entre outras:

- Conhecimento sobre os recursos cinegéticos do território
- Gestão de ecossistemas cinegéticos – principais modelos de gestão
- Boas práticas na gestão de populações cinegéticas
- Literacia financeira específica
- Sensibilização para estratégias de sustentabilidade ambiental e proteção da biodiversidade
- Produção de informação relevante
- Promoção de oferta turística
- Oportunidades para valorização cultural da oferta existente

- Case-studies de sucesso em habitats e condições similares

#### 10.4.2 Preparação e formação de guias de caça

A figura do guia ou “pisteiro” de caça é considerada como um dos pilares fundamentais para a nova abordagem que se pretende introduzir na CIM ao nível da valorização turística dos recursos cinegéticos. Com a perspetiva turística a incidir quase exclusivamente sobre a caça maior nas vertentes de aproximação e espera, é necessário criar condições para que a mesma se desenvolva de forma eficaz e que se assuma com uma forte vertente comercial. Neste processo, a existência de guias de caça com capacidade para falar em várias línguas e um conhecimento aprofundado sobre a legislação, o terreno (paisagens, trilhos, etc.), as espécies cinegéticas e as infraestruturas de apoio (hotéis, restaurantes, etc.) é fundamental para permitir um ato de caça sucesso, nomeadamente junto da população turística estrangeira. Devido à sua complexidade técnica e legal, o ato de caça não é acessível de forma simples a qualquer turista, quer fale ou não Português, e portanto para ser otimizador num curto espaço de tempo, necessita de intervenção externa de alguém que possua conhecimento específico.

Neste momento, e uma vez que este conceito de caça ainda não existe na CIM também não existe qualquer indivíduo com este tipo de formação. No entanto, e à medida que este conceito se for desenvolvendo, vai ser necessário investir na preparação deste capital humano para se conseguir oferecer um serviço de qualidade durante o ato cinegético. Convém então ir preparando alguma formação estruturada a este nível para conseguir responder às necessidades de uma clientela muito mais exigente do que aquela que atualmente frequenta este território à procura de experiências cinegéticas. As principais vertentes a considerar na formação destes técnicos serão, entre outras:

- Línguas estrangeiras
- Conhecimento da biologia das espécies cinegéticas.
- Conhecimento da distribuição e movimentação das espécies cinegéticas no território
- Conhecimento sobre os principais métodos de exploração cinegética
- Conhecimento sobre infraestruturas de apoio (hotéis, restaurantes, etc.)
- Conhecimento sobre as principais mais-valias turísticas dos locais onde se desenrola a atividade cinegética.

Em termos operacionais, e de modo a ter uma abordagem especializada, convém estruturar estas ações de formação através da realização de protocolos com as organizações especializadas do sector, como por exemplo a Fençaça, que possuem competências e conhecimentos firmados a este nível.

### 10.4.3 Criação de eventos com base cinegética

Atendendo às grandes valências dos complexos montanhosos das serras do Marão, Aboboreira e Montemuro, parece-nos que existem condições para se avançar com uma proposta de criação de grandes eventos culturais e sociais que tenham como grande catalisador a exploração dos recursos cinegéticos, nomeadamente do javali na vertente montaria. Efetivamente, algumas das montarias realizadas neste locais já conseguem chegar a um número de 100 armas, no entanto, a falta de qualidade de alguns destes eventos, ainda realizados de forma amadora e onde o número de exemplares abatidos ainda não é significativo, e, sobretudo, a falta de divulgação e promoção nacional e internacional, acabam por ser os principais fatores a limitar a sua atratividade.

Neste momento, as serras acima referidas, desde que tenham uma gestão quase exclusivamente vocacionada para a caça maior, através da criação dos ditos corredores que são propostos no âmbito deste estudo, podem vir a albergar elevadas densidades de javalis. Efetivamente, a elevada densidade desta espécie pode, por si só, constituir um problema relevante e obrigar à adoção de medidas corretivas, como por exemplo a caça através do processo de montaria. Isto cria automaticamente potencial para duas ou três montarias de sucesso por temporada, no entanto, importa sempre salvaguardar o elevado efeito intrusivo deste tipo de técnica de caça com um seleção criteriosa das manchas a montar para evitar potenciais conflitos com as populações de corços ou cabras ibéricas (se forem introduzidas) que possam estar no terreno.

A própria inclusão de uma maioria dos espaços acima referidos em Rede Natura com paisagens de elevado valor acrescentado, são também um subproduto a explorar, na medida em que podem potenciar a beleza plástica dos lances de caça observados pelos participantes.

Com estas condições asseguradas, falta apenas que haja compromisso e visão estratégica para juntar municípios, grupos de Ação local e zonas de caça na promoção e exploração deste recurso cinegético nas suas várias vertentes. Efetivamente, as zonas de caça de forma isolada não têm capacidade para desenvolver iniciativas abrangentes, devido sobretudo às suas carências de meios e orçamentais. Como se tem observado em experiências similares que ocorrem no território nacional, têm que ser as instituições, normalmente as municipais, a terem um papel líder neste tipo de iniciativas para depois as levarem a bom porto.

A este nível, pensamos que os exemplos da Norça e da Feira do Turismo e da Caça são pontos de partida paradigmáticos para começar a idealizar este tipo de iniciativas, que depois podem ir muito mais além do ponto de vista de inovação e de dimensão. Não acreditamos que o mercado esteja já saturado a este nível, pois este tem vindo a ser um dos nichos cinegéticos de maior crescimento nos últimos anos em Portugal, continuando a manifestar essa tendência de forma declarada. Adicionalmente, também não nos parece que a concorrência da Norça ou de outros eventos similares seja bastante significativa, já que estamos a falar de eventos muitos localizados no tempo (um único fim de semana), beneficiando o território da CIM Tâmega e Sousa de uma grande vantagem competitiva que é a sua maior proximidade ao litoral e aos grandes centros urbanos da zona norte.

Ao nível da dinamização concreta do evento, importa criar focos de atração diversos que catalisem, não só o interesse dos caçadores, mas também dos acompanhantes ou famílias, de modo a proporcionar uma experiência suficientemente abrangente. Nesta perspetiva, dentre possíveis vertentes a incluir num evento desta envergadura, destacamos as seguintes:

- Várias montarias de grande envergadura (uma para cada dia do evento)
- Colóquios e workshops sobre assuntos ligados à catividade cinegética
- Promoção de experiências em ambiente natural para acompanhantes de caçadores em zonas onde não haja atividade cinegética a decorrer (caminhadas, BTT, etc.)
- Gastronomia (showcooking e semana gastronómica junto da restauração)
- Competição (Santo Huberto, provas de cães, cetraria, etc.)
- Expositores com armeiros e outros comerciantes
- Apresentação da oferta de experiências locais ao nível da atividade cinegética
- Animação cultural e musical
- Concursos de pintura
- Desfiles e apresentação de moda

### Referências Bibliográficas

- Alves, A. (2013). “Análise do Efectivo da Cabra Bravia nas Serras do Alvão e do Marão com Recurso a Sistemas de Informação Geográfica”. Tese de mestrado em Engenharia Zootécnica, UTAD.
- CIM Tâmega e Sousa (2014). Tâmega e Sousa. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal. Penafiel, CIM Tâmega e Sousa.
- Department of Environmental Conservation (2016b). “New York Hunting Regulations”, Nova Iorque. Disponível em <http://www.eregulations.com/newyork/hunting/> consulta em 11/12/2016 às 10h50).
- Dolmen (2015). “Aboboreira Ativa: Economias de Montanha – Estudo Estratégico de Valorização Económica, Social, Cultural e Ambiental da Serra da Aboboreira”. Apresentação realizada em Amarante.
- Honrado, J. e Alonso, J (2010). “O Património Natural como Factor de Desenvolvimento e Competitividade do Baixo Tâmega: Património Natural das Serras da Aboboreira, do Castelo e do Marão: Perspectivas de Conservação e Valorização”. Relatório Final da 2ª fase, Porto.
- INE (2011). Contas Económicas Regionais
- Millennium Ecosystem Assessment (2005). Ecosystems and human well-being: biodiversity synthesis. World Resources Institute, Washington, D.C.
- Pasquet, Gérard (1995). La Chasse Verte. Paris, Hatier L.G.
- Rodrigues, R. (2016). “O troféu de Caça mais Valioso do Mundo é Português”. Noticias magazine. Disponível em <http://www.noticiasmagazine.pt/2016/o-trofeu-de-caca-mais-valioso-do-mundo-e-portugues/> (consulta em 12/12/2016 às 10h30)
- Vollet, Dominique, Aznar, Olivier e Brethiere, Genevieve (2008). Contribution Économique des Activités Cynégétiques au Développement des Espaces Ruraux. Paris, FNC.
- Santos, José Manuel Lima et al (2015).
- União Europeia (2015) Ecosystem Services and the Environment. In-depth Report 11 produced for the European Commission, DG Environment by the Science Communication Unit, UWE, Bristol. Available at: <http://ec.europa.eu/science-environment-policy>;
- Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 (2015). Deliberação da CIC Portugal 2020. Alteração da deliberação relativa à classificação para a aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Lisboa, 1 de julho de 2015.



Projeto Financiado:



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

DCAL

DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS